

TCHÉCOSLOVAQUIE

Prof. Dr KAREL HERMANN-OTAVSKY

CZECHOSLOVAKIA

CHECO-ESLOVÁQUIA

PROF. DR. KAREL HERMANN-OTAVSKY

TURQUIE

Ad referendum
MEHMED MUNIR

TURKEY

TURQUIA

Ad referendum
MEHMED MUNIR

YUGOSLAVIE

J. CHOUMENKOVITCH

YUGOSLAVIA

JUGO-ESLÁVIA

J. CHOUMENKOVITCH

Visto, examinado e considerado quanto se contém na referida Convenção com protocolo, aprovada pelo decreto-lei número vinte e três mil setecentos e vinte e um, de vinte e nove de Março de mil novecentos e trinta e quatro, é, pela presente Carta, a mesma Convenção com protocolo confirmada e ratificada, assim no todo como em cada uma das suas cláusulas e estipulações, e dada por firme e válida para produzir os seus efeitos e ser inviolavelmente cumprida e observada.

Em testemunho do que a presente Carta vai por nós assinada e selada com o selo da República Portuguesa.

Dada nos Paços do Governo da República, aos dez dias do mês de Maio de mil novecentos e trinta e quatro.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *José Caetano da Mata*.

Esta Carta de Confirmação e Ratificação foi depositada nos arquivos do Secretariado da Sociedade das Nações em 9 de Junho de 1934, devendo a Convenção, nos termos do seu artigo 16.º, começar a vigorar, para Portugal, noventa dias após aquela data.

Também, nos termos do § 1.º do artigo 19.º da presente Convenção, ficou exarada na acta de depósito a seguinte declaração: «Esta ratificação é feita por Portugal sob a reserva de que as disposições da Convenção não se aplicam ao território colonial português».

Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações, 21 de Junho de 1934.—Pelo Director Geral, *A. M. Ferraz de Andrade*.

ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA, Presidente da República Portuguesa pelo voto da Nação:

Fazemos saber aos que a presente Carta de Confirmação e Ratificação virem que, aos sete de Junho de mil novecentos e trinta, foi assinada em Genebra uma Convenção com protocolo relativa ao imposto do selo em matéria de lotras e de livranças, cujo teor é o seguinte:

(Tradução)

Convention relative au droit de timbre en matière de lettres de change et de billets à ordre.

Le Président du Reich Allemand; Le Président fédéral de la République d'Autriche; Sa Majesté le Roi des Belges; Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil; Sa Majesté le Roi de Grande-Bretagne, d'Irlande et des Territoires britanniques au delà des mers, Empereur des Indes; Le Président de la République de Colombie; Sa Majesté le Roi de Danemark; Le Président de la République de Pologne, pour la Ville libre de Dantzig; Le Président de la République de l'Equateur; Sa Majesté le Roi d'Espagne; Le Président de la République de Finlande; Le Président de la République

Convention on the stamp laws in connection with bills of exchange and promissory notes.

The President of the German Reich; The Federal President of the Austrian Republic; His Majesty the King of the Belgians; The President of the Republic of the United States of Brazil; His Majesty the King of Great Britain, Ireland and the British Dominions Beyond the Seas, Emperor of India; The President of the Republic of Colombia; His Majesty the King of Denmark; The President of the Polish Republic, for the Free City of Danzig; The President of the Republic of Ecuador; His Majesty the King of Spain; The President of the Republic of Finland; The President of the French

Convenção relativa ao imposto do selo em matéria de letras e de livranças.

O Presidente do Reich Alemão; O Presidente Federal da República Austriaca; Sua Majestade o Rei dos Belgas; O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil; Sua Majestade o Rei da Grã-Bretanha, da Irlanda e dos Territórios Britânicos de além-mar, Imperador das Índias; O Presidente da República da Colômbia; Sua Majestade o Rei da Dinamarca; O Presidente da República da Polónia, pela Cidade Livre de Dantzig; O Presidente da República do Equador; Sua Majestade o Rei de Espanha; O Presidente da República da Finlândia; O Presidente da República Francesa;

Française; Son Altesse Sérénissime le Régent du Royaume de l'Hongrie; Sa Majesté le Roi d'Italie; Sa Majesté l'Empereur du Japon; Son Altesse Royale la Grande-Duchesse de Luxembourg; Sa Majesté le Roi de Norvège; Sa Majesté la Reine des Pays-Bas; Le Président de la République du Pérou; Le Président de la République de Pologne; Le Président de la République Portugaise; Sa Majesté le Roi de Suède; Le Conseil Fédéral Suisse; Le Président de la République Tchecoslovaque; Le Président de la République Turque; Sa Majesté le Roi de Yougoslavie,

Désireux de régler certains problèmes du droit de timbre dans leurs rapports avec la lettre de change et le billet à ordre, ont désigné pour leurs plénipotentiaires, savoir:

Le Président du Reich Allemand:

M. Leo Quassowski, Conseiller ministériel au Ministère de la Justice du Reich;

Le docteur Erich Albrecht, Conseiller de Légation au Ministère des Affaires étrangères du Reich;

Le docteur Fritz Ullmann, Juge au Tribunal de Berlin.

Le Président fédéral de la République d'Autriche:

Le docteur Guido Strobele, Conseiller ministériel au Ministère fédéral de la Justice.

Sa Majesté le Roi des Belges:

Le vicomte Poulet, Ministre d'Etat, membre de la Chambre des Représentants;

M. J. de la Vallée-Poussin, Secrétaire Général du Ministère des Sciences et des Arts.

Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil:

M. Deoclecio de Campos, Attaché Commercial à

Republic; His Serene Highness the Regent of the Kingdom of Hungary; His Majesty the King of Italy; His Majesty the Emperor of Japan; Her Royal Highness the Grand-Duchess of Luxemburg; His Majesty the King of Norway; Her Majesty the Queen of the Netherlands; The President of the Republic of Peru; The President of the Polish Republic; The President of the Portuguese Republic; His Majesty the King of Sweden; The Swiss Federal Council; The President of the Czechoslovak Republic; The President of the Turkish Republic; His Majesty the King of Yugoslavia,

Being desirous of settling certain problems concerning the stamp laws in their relation with bills of exchange and promissory notes, have appointed as their Plenipotentiaries the following:

The President of the German Reich:

M. Leo Quassowski, Ministerial Counsellor in the Reich Ministry of Justice;

Dr. Erich Albrecht, Counsellor of Legation in the Reich Ministry for Foreign Affairs;

Dr. Fritz Ullmann, Judge at the Court of Berlin.

The Federal President of the Austrian Republic:

Dr. Guido Strobele, Ministerial Counsellor in the Federal Ministry of Justice.

His Majesty the King of the Belgians:

Viscount Poulet, Minister of State, Member of the House of Representatives;

M. J. de la Vallée-Poussin, Secretary-General of the Ministry of Science and Arts.

The President of the Republic of the United States of Brazil:

M. Deoclecio de Campos, Commercial Attaché at

Sua Alteza Sereníssima o Regente do Reino da Hungria; Sua Majestade o Rei de Itália; Sua Majestade o Imperador do Japão; Sua Alteza Real a Grã-Duquesa do Luxemburgo; Sua Majestade o Rei da Noruega; Sua Majestade a Rainha da Holanda; O Presidente da República do Peru; O Presidente da República da Polónia; O Presidente da República Portuguesa; Sua Majestade o Rei da Suécia; O Conselho Federal Suíço; O Presidente da República da Checo-Eslováquia; O Presidente da República da Turquia; Sua Majestade o Rei da Jugo-Eslávia,

Desejando regular certos problemas relativos ao imposto do selo no que respeita a letras e livranças, designaram como seus plenipotenciários:

O Presidente do Reich alemão:

O Sr. Leo Quassowski, Conselheiro ministerial no Ministério da Justiça do Reich;

O Dr. Erich Albrecht, Conselheiro de Legação no Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reich;

O Dr. Fritz Ullmann, Juiz no Tribunal de Berlim.

O Presidente Federal da República da Áustria:

O Dr. Guido Strobele, Conselheiro ministerial no Ministério Federal da Justiça.

Sua Majestade o Rei dos Belgas:

O Visconde Poulet, Ministro de Estado, membro da Câmara dos Representantes;

O Sr. J. de la Vallée-Poussin, Secretário Geral do Ministério das Ciências e das Artes.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

O Sr. Deoclecio de Campos, Adido comercial

Rome, ancien Professeur à la Faculté de droit de Para.	Rome, formerly Professor in the Faculty of Law of Para.	em Roma, antigo Professor da Faculdade de Direito do Pará.
Sa Majesté le Roi de Grande-Bretagne, d'Irlande et des Territoires Britanniques au delà des mers, Empereur des Indes:	His Majesty the King of Great Britain, Ireland and the British Dominions Beyond the Seas, Emperor of India:	Sua Majestade o Rei da Grã-Bretanha, da Irlanda e dos territórios de além-mar, Imperador das Índias:
Pour la Grande-Bretagne et l'Irlande du Nord, ainsi que toutes parties de l'Empire britannique non membres séparés de la Société des Nations:	For Great Britain and Northern Ireland and all parts of the British Empire which are not Separate Members of the League of Nations:	Pela Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, bem como todas as partes do Império Britânico não membros separados da Sociedade das Nações:
Le professeur H. C. Gutteridge, K. C., Professeur de droit commercial et industriel et Doyen de la Faculté de droit à l'Université de Londres.	Professor H. C. Gutteridge, K. C., Professor of Commercial and Industrial Law and Dean of the Faculty of Laws in the University of London.	O Professor H. C. Gutteridge, K. C., Professor de direito comercial e industrial e Decano da Faculdade de Direito na Universidade de Londres.
Le Président de la République de Colombie:	The President of the Republic of Colombia:	O Presidente da República da Colômbia:
M. A. José Restrepo, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire, Délégué permanent auprès de la Société des Nations.	M. A. José Restrepo, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary, Permanent Delegate accredited to the League of Nations.	O Sr. A. José Restrepo, Enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário, Delegado permanente junto da Sociedade das Nações.
Sa Majesté le Roi de Danemark:	His Majesty the King of Denmark:	Sua Majestade o Rei da Dinamarca:
M. Axel Helper, Conseiller ministériel au Ministère du Commerce et de l'Industrie;	M. Axel Helper, Ministerial Counsellor in the Ministry of Commerce and Industry;	O Sr. Axel Helper, Conselheiro ministerial no Ministério do Comércio e da Indústria;
M. Valdemar Eigtved, Directeur de la «Privatbanken» à Copenhague.	M. Valdemar Eigtved, General Manager of the «Privatbanken», Copenhagen.	O Sr. Valdemar Eigtved, Director da «Privatbanken» em Copenhague.
Le Président de la République de Pologne, pour la Ville libre de Dantzig:	The President of the Polish Republic, for the Free City of Danzig:	O Presidente da República da Polónia, pela Cidade Livre de Dantzig:
M. Józef Sulkowski, Professeur à l'Université de Poznan, Membre de la Commission de codification de Pologne.	M. Józef Sulkowski, Professor at the University of Poznan, Member of the Polish Codification Commission.	O Sr. Józef Sulkowski, Professor da Universidade de Poznan, Membro da Comissão de Codificação da Polónia.
Le Président de la République de l'Equateur:	The President of the Republic of Ecuador:	O Presidente da República do Equador:
Le docteur Alejandro Gastelú, Vice-Consul à Genève.	Dr. Alejandro Gastelú, Vice-Consul at Geneva.	O Dr. Alejandro Gastelú, Vice-cônsul em Genebra.
Sa Majesté le Roi d'Espagne:	His Majesty the King of Spain:	Sua Majestade o Rei de Espanha:
Le docteur Juan Gómez Montejó, Chef de section du Corps des juristes du Ministère de la Justice.	Dr. Juan Gómez Montejó, Head of Section of the Corps of Jurists in the Ministry of Justice.	O Dr. Juan Gómez Montejó, Chefe de secção do Corpo de juristas do Ministério da Justiça.

Le Président de la République de Finlande: M. Filip Grönvall, Conseiller d'Etat, Membre de la Haute Cour administrative de Helsinki.	The President of the Republic of Finland: M. Filip Grönvall, Counsellor of State, Member of the Higher Administrative Court at Helsingfors.	O Presidente da República da Finlândia: O Sr. Filip Grönvall, Conselheiro de Estado, Membro do Supremo Tribunal Administrativo de Helsinki.
Le Président de la République Française: M. L. J. Percerou, Professeur à la Faculté de droit de Paris.	The President of the French Republic: M. L. J. Percerou, Professor in the Faculty of Law of Paris.	O Presidente da República Francesa: O Sr. L. J. Percerou, Professor da Faculdade de Direito de Paris.
Son Altesse Sérénissime le Régent du Royaume de l'Hongrie: M. Zoltán Baranyai, Chargé d'affaires a. i. de la Délégation hongroise auprès de la Société des Nations.	His Serene Highness the Regent of the Kingdom of Hungary: M. Zoltán Baranyai, Chargé d'Affaires a. i. of the Hungarian Delegation accredited to the League of Nations.	Sua Alteza Sereníssima o Regente do Reino da Hungria: O Sr. Zoltán Baranyai, Encarregado de negócios a. i. da Delegação húngara junto da Sociedade das Nações.
Sa Majesté le Roi d'Italie: M. Amedeo Giannini, Conseiller d'Etat, Ministre plénipotentiaire.	His Majesty the King of Italy: M. Amedeo Giannini, Counsellor of State, Minister Plenipotentiary.	Sua Majestade o Rei de Itália: O Sr. Amedeo Giannini, Conselheiro de Estado, Ministro plenipotenciário.
Sa Majesté l'Empereur du Japon: M. Morie Ohno, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près le Président fédéral de la République d'Autriche; M. Tetsukichi Shimada, Juge à la Cour de Cassation de Tokio.	His Majesty the Emperor of Japan: M. Morie Ohno, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary accredited to the Federal President of the Austrian Republic; M. Tetsukichi Shimada, Judge at the «Cour de Cassation» of Tokio.	Sua Majestade o Imperador do Japão: O Sr. Morie Ohno, Enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário junto do Presidente Federal da República da Áustria; O Sr. Tetsukichi Shimada, Juiz do Supremo Tribunal de Tóquio.
Son Altesse Royale la Grande-Duchesse de Luxembourg: M. Ch. G. Vermaire, Consul à Genève.	Her Royal Highness the Grand-Duchess of Luxembourg: M. Ch. G. Vermaire, Consul at Geneva.	Sua Alteza Real a Grã-Duquesa do Luxemburgo: O Sr. Ch. G. Vermaire, Cônsul em Genebra.
Sa Majesté le Roi de Norvège: M. C. Stub Holmboe, Avocat.	His Majesty the King of Norway: M. C. Stub Holmboe, Barrister-at-Law.	Sua Majestade o Rei da Noruega: O Sr. C. Stub Holmboe, Advogado.
Sa Majesté la Reine des Pays-Bas: Le Docteur W. L. P. A. Molengraaff, Professeur émérite de l'Université d'Utrecht.	Her Majesty the Queen of the Netherlands: Dr. W. L. P. A. Molengraaff, Professor Emeritus of the University of Utrecht.	Sua Majestade a Rainha da Holanda: O Dr. W. L. P. A. Molengraaff, Professor emérito da Universidade de Utrecht.
Le Président de la République du Pérou: M. José Maria Barreto, Chef du Bureau permanent du Pérou auprès de la Société des Nations.	The President of the Republic of Peru: M. José Maria Barreto, Head of the Permanent Office of Peru accredited to the League of Nations.	O Presidente da República do Peru: O Sr. José Maria Barreto, Chefe do Bureau permanente do Peru junto da Sociedade das Nações.

Le Président de la République de Pologne:

M. Józef Sulkowski, Professeur à l'Université de Poznan, Membre de la Commission de codification de Pologne.

Le Président de la République portugaise:

Le docteur José Caeiro da Mata, Recteur de l'Université de Lisbonne, Professeur à la Faculté de droit, Directeur de la Banque de Portugal.

Sa Majesté le Roi de Suède:

Le baron E. Marks von Württemberg, Président de la Cour d'Appel de Stockholm, ancien Ministre des Affaires étrangères;

M. Birger Ekeberg, Président de la Commission de législation civile, ancien Ministre de la Justice, ancien Membre de la Cour Suprême.

Le Conseil fédéral suisse:

Le docteur Max Vischer, Avocat et notaire, premier Secrétaire de l'Association suisse des Banquiers.

Le Président de la République Tchécoslovaque:

Le docteur Karel Hermann-Otavský, Professeur à l'Université de Prague, Président de la Commission de codification du droit commercial au Ministère de la Justice.

Le Président de la République Turque:

Mehmed Munir bey, Envoyé extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près le Conseil Fédéral Suisse.

Sa Majesté le Roi de Yougoslavie:

M. Ilia Choumenkovitch, Délégué permanent auprès de la Société des Nations, Envoyé extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire près le Conseil Fédéral Suisse;

The President of the Polish Republic:

M. Józef Sulkowski, Professor at the University of Poznan, Member of the Polish Codification Commission.

The President of the Portuguese Republic:

Dr. José Caeiro da Mata, Rector of the University of Lisbon, Professor in the Faculty of Law, Director of the Bank of Portugal.

His Majesty the King of Sweden:

Baron E. Marks von Württemberg, President of the Stockholm Court of Appeal, former Minister for Foreign Affairs;

M. Birger Ekeberg, President of the Civil Legislation Commission, former Minister of Justice, former Member of the Supreme Court.

The Swiss Federal Council:

Dr. Max Vischer, Barrister-at-Law and Notary, First Secretary of the Swiss Bankers' Association.

The President of the Czechoslovak Republic:

Dr. Karel Hermann-Otavský, Professor at the University of Prague, President of the Codification Commission for Commercial Law in the Ministry of Justice.

The President of the Turkish Republic:

Mehmed Munir Bey, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary accredited to the Swiss Federal Council.

His Majesty the King of Yugoslavia:

M. Ilia Choumenkovitch, Permanent Delegate accredited to the League of Nations, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary accredited to the Swiss Federal Council;

O Presidente da República da Polónia:

O Sr. Józef Sulkowski, Professor da Universidade de Poznan, Membro da Comissão de Codificação da Polónia.

O Presidente da República Portuguesa:

O Dr. José Caeiro da Mata, Reitor da Universidade de Lisboa, Professor da Faculdade de Direito, Director do Banco de Portugal.

Sua Majestade o Rei da Suécia:

O barão E. Marks von Württemberg, Presidente do Tribunal da Relação de Estocolmo, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros;

O Sr. Birger Ekeberg, Presidente da Comissão de legislação civil, antigo Ministro da Justiça, antigo Membro do Supremo Tribunal.

O Conselho Federal Suíço:

O Dr. Max Vischer, Advogado e notário, Primeiro Secretário da Associação Suíça dos Banqueiros.

O Presidente da República Checo-Eslovaca:

O Dr. Karel Hermann-Otavský, Professor da Universidade de Praga, Presidente da Comissão de codificação do direito comercial no Ministério da Justiça.

O Presidente da República Turca:

Mehmed Munir bey, Enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário junto do Conselho Federal Suíço.

Sua Majestade o Rei da Jugoslávia:

O Sr. Ilia Choumenkovitch, Delegado permanente junto da Sociedade das Nações, Enviado extraordinário e Ministro plenipotenciário junto do Conselho Federal Suíço;

Lesquels, après avoir communiqué leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes :

ARTICLE 1.

Dans le cas où telle ne serait pas déjà leur législation, les Hautes Parties contractantes s'engagent à modifier leurs lois de telle sorte que la validité des engagements pris en matière de lettres de change et de billets à ordre, ou l'exercice des droits qui en découlent, ne puissent être subordonnés à l'observation des dispositions sur le timbre.

Elles peuvent toutefois suspendre l'exercice de ces droits jusqu'à l'acquittement des droits de timbre qu'elles ont prescrits ainsi que des amendes encourues. Elles peuvent également décider que la qualité et les effets de titre immédiatement exécutoire qui, d'après leurs législations, seraient attribués à la lettre de change et au billet à ordre, seront subordonnés à la condition que le droit de timbre ait été, dès la création du titre, dûment acquitté conformément aux dispositions de leurs lois.

Chacune des Hautes Parties contractantes se réserve la faculté de restreindre l'engagement mentionné à l'alinéa premier aux seules lettres de change.

ARTICLE 2.

La présente Convention, dont les textes français et anglais feront également foi, portera la date de ce jour.

Elle pourra être signée ultérieurement jusqu'au 6 septembre 1930 au nom de tout Membre de la Société des Nations et de tout Etat non membre.

ARTICLE 3.

La présente Convention sera ratifiée.

Les instruments de ratification seront déposés avant le 1^{er} septembre 1932 auprès du Secrétaire général de la Société des Nations, qui en notifiera immédiatement la réception à tous les Membres de la Société des Nations et aux Etats non membres parties à la présente Convention.

Who, having communicated their full powers, found in good and due form, have agreed upon the following provisions :

ARTICLE 1.

If their laws do not already make provision to this effect, the High Contracting Parties undertake to alter their laws so that the validity of obligations arising out of a bill of exchange or a promissory note or the exercise of the rights that flow therefrom shall not be subordinated to the observance of the provisions concerning the stamp.

Nevertheless, the Contracting Parties may suspend the exercise of these rights until payment of the stamp duties they prescribe or of any penalties incurred. They may also decide that the quality and effects of an instrument «immediately executory» which, according to their legislation, may be attributed to a bill of exchange and promissory note, shall be subject to the condition that the stamp law has, from the issue of the instrument, been duly complied with in accordance with their laws.

Each of the High Contracting Parties reserves the right to restrict the undertaking mentioned in paragraph 1 to bills of exchange only.

ARTICLE 2.

The present Convention, the French and English texts of which shall be equally authentic, shall bear this day's date.

It may be signed thereafter until September 6th, 1930, on behalf of any Member of the League of Nations or non-Member State.

ARTICLE 3.

The present Convention shall be ratified.

The instruments of ratification shall be deposited before September 1st, 1932, with the Secretary-General of the League of Nations, who shall forthwith notify receipt thereof to all the Members of the League of Nations and to the non-Member States Parties to the present Convention.

Os quais, depois de terem apresentado os seus plenos poderes, achados em boa e devida forma, acordaram nas disposições seguintes :

ARTIGO 1.º

As Altas Partes Contratantes, no caso de não ser essa a sua legislação, obrigam-se a modificar as suas leis por forma a que a validade das obrigações contraídas por meio de letras e de livranças, ou o exercício dos direitos que delas resultam, não possam estar subordinados ao cumprimento das disposições respeitantes ao selo.

Podem, contudo, suspender o exercício desses direitos até ao pagamento dos impostos do selo prescritos, bem como das multas incorridas. Podem igualmente determinar que a qualidade e os efeitos de título «imediatamente executório», que, pelas suas legislações, seriam atribuídos às letras e livranças, dependerão da condição de ter sido, desde a criação do título, devidamente pago o imposto do selo, em conformidade com as disposições das respectivas leis.

Cada uma das Altas Partes Contratantes reserva-se a faculdade de limitar às letras o compromisso mencionado na alínea primeira.

ARTIGO 2.º

A presente Convenção, cujos textos francês e inglês farão, ambos, igualmente fé, terá a data de hoje.

Poderá ser ulteriormente assinada até 6 de Setembro de 1930 em nome de qualquer Membro da Sociedade das Nações e de qualquer Estado não membro.

ARTIGO 3.º

A presente Convenção será ratificada.

Os instrumentos de ratificação serão transmitidos, antes de 1 de Setembro de 1932, ao Secretário Geral da Sociedade das Nações, que notificará imediatamente do seu depósito todos os Membros da Sociedade das Nações e os Estados não membros que sejam partes na presente Convenção.

ARTICLE 4.

A partir du 6 septembre 1930, tout Membre de la Société des Nations et tout Etat non membre pourront y adhérer.

Cette adhésion s'effectuera par une notification au Secrétaire général de la Société des Nations pour être déposée dans les archives du Secrétariat.

Le Secrétaire général notifiera ce dépôt immédiatement à tout ceux qui ont signé ou adhéré à la présente Convention.

ARTICLE 5.

La présente Convention n'entrera en vigueur que lorsqu'elle aura été ratifiée ou qu'il y aura été adhéré au nom de sept Membres de la Société des Nations ou Etats nom membres, parmi lesquels devront figurer trois des Membres de la Société des Nations représentés d'une manière permanente au Conseil.

La date de l'entrée en vigueur sera le quatre-vingt-dixième jour qui suivra la réception, par le Secrétaire général de la Société des Nations, de la septième ratification ou adhésion, conformément à l'alinéa premier du présent article.

Le Secrétaire général de la Société des Nations en faisant les notifications prévues aux articles 3 et 4 signalera, spécialement, que les ratifications ou adhésions visées à l'alinéa premier du présent article ont été recueillies.

ARTICLE 6.

Chaque ratification ou adhésion qui interviendra après l'entrée en vigueur de la Convention conformément à l'article 5 sortira ses effets dès le quatre-vingt-dixième jour qui suivra la date de sa réception par le Secrétaire général de la Société des Nations.

ARTICLE 7.

La présente Convention ne pourra être dénoncée avant l'expiration d'un délai de deux ans à partir de la date à laquelle elle sera entrée en vi-

ARTICLE 4.

As from September 6th, 1930, any Member of the League of Nations and any non-Member State may accede thereto.

Such accession shall be effected by a notification to the Secretary-General of the League of Nations, such notification to be deposited in the archives of the Secretariat.

The Secretary-General shall notify such deposit forthwith to all States which have signed or acceded to the present Convention.

ARTICLE 5.

The present Convention shall not come into force until it has been ratified or acceded to on behalf of seven Members of the League of Nations or non-Member States, which shall include three of the Members of the League permanently represented on the Council.

The date of entry into force shall be the ninetieth day following the receipt by the Secretary-General of the League of Nations of the seventh ratification or accession in accordance with the first paragraph of the present Article.

The Secretary-General of the League of Nations, when making the notifications provided for in Articles 3 and 4, shall state in particular that the ratifications or accessions referred to in the first paragraph of the present Article have been received.

ARTICLE 6.

Every ratification or accession effected after the entry into force of the Convention in accordance with Article 5 shall take effect on the ninetieth day following the date of receipt thereof by the Secretary-General of the League of Nations.

ARTICLE 7.

The present Convention may not be denounced before the expiry of two years from the date on which it has entered into force in respect of that

ARTIGO 4.º

A partir de 6 de Setembro de 1930, qualquer Membro da Sociedade das Nações e qualquer Estado não membro poderá aderir à presente Convenção.

Esta adesão efectuar-se-á por meio de notificação ao Secretário Geral da Sociedade das Nações, que será depositada nos arquivos do Secretariado.

O Secretário Geral notificará imediatamente desse depósito todos os Estados que tenham assinado a presente Convenção ou a ela tenham aderido.

ARTIGO 5.º

A presente Convenção sómente entrará em vigor depois de ter sido ratificada ou de a ela terem aderido sete Membros da Sociedade das Nações ou Estados não membros, entre os quais deverão figurar três dos Membros da Sociedade das Nações com representação permanente no Conselho.

Começará a vigorar noventa dias depois de recebida pelo Secretário Geral da Sociedade das Nações a sétima ratificação ou adesão, em conformidade com o disposto na alínea primeira do presente artigo.

O Secretário Geral da Sociedade das Nações, nas notificações previstas nos artigos 3.º e 4.º, fará menção especial de terem sido recebidas as ratificações ou adesões a que se refere a alínea primeira do presente artigo.

ARTIGO 6.º

As ratificações ou adesões após a entrada em vigor da presente Convenção, em conformidade com o disposto no artigo 5.º, produzirão os seus efeitos noventa dias depois da data da sua recepção pelo Secretário Geral da Sociedade das Nações.

ARTIGO 7.º

A presente Convenção não poderá ser denunciada antes de decorrido um prazo de dois anos a contar da data em que ela tiver começado a vigorar

gueur pour ce Membre de la Société des Nations ou pour cet Etat non membre; cette dénonciation produira ses effets dès le quatre-vingt-dixième jour suivant la réception par le Secrétaire général de la notification à lui adressée.

Toute dénonciation sera communiquée immédiatement par le Secrétaire général de la Société des Nations à toutes les autres Hautes Parties contractantes.

Chaque dénonciation n'aura d'effet qu'en ce qui concerne la Haute Partie contractante au nom de laquelle elle aura été faite.

ARTICLE 8.

Tout Membre de la Société des Nations et tout Etat non membre à l'égard duquel la présente Convention est en vigueur pourra adresser au Secrétaire général de la Société des Nations, dès l'expiration de la quatrième année suivant l'entrée en vigueur de la Convention, une demande tendant à la revision de certaines ou de toutes les dispositions de cette Convention.

Si une telle demande, communiquée aux autres Membres ou Etats non membres entre lesquels la Convention est alors en vigueur, est appuyée, dans un délai d'un an, par au moins six d'entre eux, le Conseil de la Société des Nations décidera s'il y a lieu de convoquer une Conférence à cet effet.

ARTICLE 9.

Les Hautes Parties contractantes peuvent déclarer, au moment de la signature, de la ratification ou de l'adhésion, que, par leur acceptation de la présente Convention, elles n'entendent assumer aucune obligation en ce qui concerne l'ensemble ou toute partie de leurs colonies, protectorats ou territoires placés sous leurs suzeraineté ou mandat; dans ce cas, la présente Convention ne sera pas applicable aux territoires faisant l'objet de pareille déclaration.

Les Hautes Parties contractantes pourront, dans la suite, notifier au Secrétaire général de la Société des Nations qu'elles entendent rendre la présente Convention applica-

Member of the League or non-Member State; such denunciation shall take effect as from the ninetieth day following the receipt by the Secretary-General of the notification addressed to him.

Every denunciation shall be immediately communicated by the Secretary-General of the League of Nations to all the other High Contracting Parties.

Each denunciation shall take effect only as regards the High Contracting Party on whose behalf it has been made.

ARTICLE 8.

Every Member of the League of Nations and every non-Member State in respect of which the present Convention is in force may forward to the Secretary-General of the League of Nations, after the expiry of the fourth year following the entry into force of the Convention, a request for the revision of some or all of the provisions of that Convention.

If such request, after being communicated to the other Members or non-Member States between whom the Convention is at that time in force, is supported within one year by at least six of them, the Council of the League of Nations shall decide whether a Conference shall be convened for the purpose.

ARTICLE 9.

Any High Contracting Party may, at the time of signature, ratification or accession, declare that, in accepting the present Convention, he does not assume any obligations in respect of all or any of his colonies, protectorates or territories under suzerainty or mandate; and the present Convention shall not apply to any territories named in such declaration.

Any High Contracting Party may give notice to the Secretary-General of the League of Nations at any time subsequently that he desires that the Convention shall apply to all

para o Membro da Sociedade das Nações ou para o Estado não membro que a denuncia; esta denúncia produzirá os seus efeitos noventa dias depois de recebida pelo Secretário Geral a respectiva notificação.

Qualquer denúncia será imediatamente comunicada pelo Secretário Geral da Sociedade das Nações a todas as outras Altas Partes Contratantes.

A denúncia só produzirá efeito em relação à Alta Parte Contratante em nome da qual ela tenha sido feita.

ARTIGO 8.º

Decorrido um prazo de quatro anos da entrada em vigor da presente Convenção, qualquer Membro da Sociedade das Nações ou Estado não membro ligado à Convenção poderá formular ao Secretário Geral da Sociedade das Nações um pedido de revisão de algumas ou de todas as suas disposições.

Se este pedido comunicado aos outros Membros da Sociedade das Nações ou Estados não membros, para os quais a Convenção estiver então em vigor, for apoiado dentro do prazo de um ano por seis, pelo menos, de entre eles, o Conselho da Sociedade das Nações decidirá se deve ser convocada uma Conferência para aquele fim.

ARTIGO 9.º

As Altas Partes Contratantes podem declarar no momento da assinatura, da ratificação ou da adesão que aceitando a presente Convenção não assumem nenhuma obrigação pelo que respeita a todas ou parte das suas colónias, protectorados ou territórios sob a sua soberania ou mandato, caso em que a presente Convenção se não aplicará aos territórios mencionados nessa declaração.

As Altas Partes Contratantes poderão mais tarde notificar o Secretário Geral da Sociedade das Nações de que desejam que a presente Convenção se aplique a todos ou

ble à l'ensemble ou à toute partie de leurs territoires ayant fait l'objet de la déclaration prévue à l'alinéa précédent. Dans ce cas, la Convention s'appliquera aux territoires visés dans la notification quatorze-vingt-dix jours après la réception de cette dernière par le Secrétaire général de la Société des Nations.

De même, les Hautes Parties contractantes peuvent à tout moment déclarer qu'elles entendent que la présente Convention cesse de s'appliquer à l'ensemble ou à toute partie de leurs colonies, protectorats ou territoires placés sous leur suzeraineté ou mandat; dans ce cas, la Convention cessera d'être applicable aux territoires faisant l'objet de pareille déclaration un an après la réception de cette dernière par le Secrétaire général de la Société des Nations.

ARTICLE 10.

La présente Convention sera enregistrée par le Secrétaire général de la Société des Nations dès son entrée en vigueur. Elle sera ultérieurement publiée aussitôt que possible au *Recueil des Traités* de la Société des Nations.

En foi de quoi les plénipotentiaires susnommés ont signé la présente Convention.

Fait à Genève, le sept juin mil neuf cent trente, en simple expédition, qui sera déposée dans les archives du Secrétariat de la Société des Nations; copie conforme en sera transmise à tous les Membres de la Société des Nations et à tous les Etats non membres représentés à la Conférence.

ALLEMAGNE

LEO QUASSOWSKI
DR. ALBRECHT
DR. ULLMANN

AUTRICHE

DR. STROBELE

BELGIQUE

VTE. P. POULLET
DE LA VALLÉE-POUSSIN

or any of his territories which have been made the subject of a declaration under the preceding paragraph and the Convention shall apply to all the territories named in such notice ninety days after its receipt by the Secretary-General of the League of Nations.

Any High Contracting Party may at any time declare that he desires that the present Convention shall cease to apply to all or any of his colonies, protectorates or territories under suzerainty or mandate and the Convention shall cease to apply to the territories named in such declaration one year after its receipt by the Secretary-General of the League of Nations.

ARTICLE 10.

The present Convention shall be registered by the Secretary-General of the League of Nations as soon as it comes into force. It shall then be published as soon as possible in the *League of Nations Treaty Series*.

In faith whereof the above-mentioned Plenipotentiaries have signed the present Convention.

Done at Geneva, the seventh day of June, one thousand nine hundred and thirty, in a single copy, which shall be deposited in the archives of the Secretariat of the League of Nations, and of which authenticated copies shall be delivered to all Members of the League of Nations and non-Member States represented at the Conference.

GERMANY

parte dos territórios que tenham sido objecto da declaração prevista na alínea precedente, e nesse caso a Convenção aplicar-se-á aos territórios mencionados na comunicação noventa dias depois de esta ter sido recebida pelo Secretário Geral da Sociedade das Nações.

As Altas Partes Contratantes podem igualmente a todo o tempo declarar que desejam que a presente Convenção cesse de se aplicar a todas ou parte das suas colónias, protectorados ou territórios sob a sua soberania ou mandato, caso em que a Convenção deixará de se aplicar aos territórios mencionados nessa declaração um ano após esta ter sido recebida pelo Secretário Geral da Sociedade das Nações.

ARTIGO 10.º

A presente Convenção será registada pelo Secretário Geral da Sociedade das Nações desde que entre em vigor. Será publicada, logo que for possível, na «Colecção de Tratados» da Sociedade das Nações.

Em fé do que os Plenipotenciários acima designados assinaram a presente Convenção.

Feito em Genebra, aos sete de Junho de mil novecentos e trinta, num só exemplar, que será depositado nos arquivos do Secretariado da Sociedade das Nações. Será transmitida cópia autêntica a todos os Membros da Sociedade das Nações e a todos os Estados não membros representados na Conferência.

ALEMANHA

LEO QUASSOWSKI
DR. ALBRECHT
DR. ULLMANN

ÁUSTRIA

DR. STROBELE

BÉLGICA

VTE. P. POULLET
DE LA VALLÉE-POUSSIN

BRÉSIL

DEOCLECIO DE CAMPOS

GRANDE-BRETAGNE
ET IRLANDE DU
NORD (ainsi que tou-
tes parties de l'Em-
pire britannique non
membres séparés de
la Société des Na-
tions).

H. C. GUTTERIDGE

COLOMBIE

A. J. RESTREPO

DANEMARK

A. HELPER
V. EIGTVED

VILLE LIBRE DE DANT-
ZIG

SULKOWSKI

EQUATEUR

ALEJ. GASTELÚ

ESPAGNE

JUAN GÓMEZ MONTEJO

FINLANDE

F. GRÖNVALI

FRANCE

J. PERCEROU

HONGRIE

DR. BARANYAI, Zoltán

ITALIE

AMEDEO GIANNINI

JAPON

M. OHNO
T. SHIMADA

LUXEMBOURG

CH. G. VERMAIRE

NORVÈGE

STUB HOLMBOE

PAYS-BAS

MOLENGRAAFF

BRAZIL

BRASIL

DEOCLÉCIO DE CAMPOS

GRÃ-BRETANHA e IRLAN-
DA DO NORTE

Assim como todas as par-
tes do Império Britânico que
não são Membros separados
da Sociedade das Nações.

H. C. GUTTERIDGE

COLOMBIA

COLÔMBIA

A. J. RESTREPO

DENMARK

DINAMARCA

A. HELPER
V. EIGTVED

CIDADE LIVRE DE DANT-
ZIG

SULKOWSKI

ECUADOR

EQUADOR

ALEJ. GASTELÚ

SPAIN

ESPANHA

JUAN GÓMEZ MONTEJO

FINLAND

FINLANDIA

F. GRÖNVALI

FRANCE

FRANÇA

J. PERCEROU

HUNGARY

HUNGRIA

DR. ZOLTÁN BARANYAI

ITALY

ITÁLIA

AMEDEO GIANNINI

JAPAN

JAPÃO

M. OHNO
T. SHIMADA

LUXEMBURG

LUXEMBURGO

CH. G. VERMAIRE

NORWAY

NORUEGA

STUB HOLMBOE

THE NETHERLANDS

HOLANDA

MOLENGRAAFF

PÉROU	J. M. BARRETO	PERU PERU	J. M. BARRETO
POLOGNE	SULKOWSKI	POLAND POLÓNIA	SULKOWSKI
PORTUGAL	JOSÉ CAEIRO DA MATA	PORTUGAL PORTUGAL	JOSÉ CAEIRO DA MATA
SUÈDE	E. MARKS VON WÜRTEMBERG BIRGER EKEBERG	SWEDEN SUÉCIA	E. MARKS VON WÜRTEMBERG BIRGER EKEBERG
SUISSE	VISCHER	SWITZERLAND SUÍÇA	VISCHER
TCHÉCOSLOVAQUIE	PROF. DR. KAREL HERMANN-OTAVSKÝ	CZECHOSLOVAKIA CHECO-ESLOVÁQUIA	PROF. DR. KAREL HERMANN-OTAVSKÝ
TURQUIE	<i>Ad referendum</i> MEHMED MUNIR	TURKEY TURQUIA	<i>Ad referendum</i> MEHMED MUNIR
YUGOSLAVIE	J. CHOUMENKOVITCH	YUGOSLAVIA JUGO-ESLÁVIA	J. CHOUMENKOVITCH

Protocole

Au moment de procéder à la signature de la Convention, en date de ce jour, relative au droit de timbre en matière de lettre de change et de billet à ordre, les soussignés, dûment autorisés, sont convenus des dispositions suivantes:

A.

Les Membres de la Société des Nations et les Etats non membres qui n'auraient pas été en mesure d'effectuer avant le 1^{er} septembre 1932 le dépôt de leur ratification sur ladite Convention s'engagent à adresser, dans les quinze jours suivant cette date, une communication au Secrétaire général de la Société des Nations, pour lui faire connaître la situation dans laquelle elles se trouvent en ce qui concerne la ratification.

B.

Si, à la date du 1^{er} novembre 1932, les conditions prévues à l'article 5, alinéa 1, pour l'entrée en vigueur de la Con-

Protocol

At the time of signing the Convention of this day's date on the stamp laws in connection with bills of exchange and promissory notes, the undersigned, duly authorized, have agreed upon the following provisions:

A.

The Members of the League of Nations and the non-Member States which may not have been able to deposit their ratifications of the said Convention before September 1st, 1932, undertake to forward within fifteen days from that date a communication to the Secretary-General of the League of Nations informing him of their situation as regards ratification.

B.

If on November 1st, 1932, the conditions laid down in Article 5, paragraph 1, for the entry into force of the Conven-

Protocolo

Ao assinar a Convenção datada de hoje, relativa ao imposto do selo em matéria de letras e livranças, os abaixo assinados, devidamente autorizados, acordaram nas disposições seguintes:

A

Os Membros da Sociedade das Nações e os Estados não membros que não tenham podido efectuar, antes de 1 de Setembro de 1932, o depósito da ratificação da referida Convenção obrigam-se a enviar, dentro de quinze dias a contar daquela data, uma comunicação ao Secretário Geral da Sociedade das Nações dando-lhe a conhecer a situação em que se encontram no que diz respeito à ratificação.

B

Se, em 1 de Novembro de 1932, não se tiverem verificado as condições previstas na alínea primeira do artigo 5.º para a

vention, ne sont pas remplies, le Secrétaire général de la Société des Nations convoquera une réunion des Membres de la Société des Nations et des Etats non membres qui auraient signé la Convention ou y auraient adhéré.

Cette réunion aura pour objet l'examen de la situation et des mesures à prendre, le cas échéant, pour y faire face.

C.

Les Hautes Parties contractantes se communiqueront réciproquement, dès leur mise en vigueur, les dispositions législatives qu'elles établiront sur leurs territoires respectifs en exécution de la Convention.

D.

1. Il est convenu que, pour ce qui concerne le Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord, les seuls titres auxquels s'appliquent les dispositions de la présente Convention sont les lettres de change présentées à l'acceptation, acceptées ou payables ailleurs que dans le Royaume-Uni.

2. La même limitation s'appliquera en ce qui concerne toute colonie, protectorat ou territoire placé sous la suzeraineté ou le mandat de Sa Majesté Britannique auquel la Convention deviendrait applicable en vertu de l'article 9, pourvu, cependant, qu'une notification ayant pour objet cette limitation soit adressée au Secrétaire général de la Société des Nations avant la date à laquelle l'application de ladite Convention entrera en vigueur pour ce territoire.

3. Il est également convenu que, pour ce qui concerne l'Irlande du Nord, les dispositions de la présente Convention ne s'appliqueront qu'avec telles modifications qui seraient estimées nécessaires.

4. Le gouvernement de tout Membre de la Société des Nations ou Etat non membre, désireux d'adhérer à la Convention en vertu de l'article 4 sous les limitations spécifiées à l'alinéa 1 ci-dessus, peut en informer le Secrétaire général de la Société des Nations. Celui-ci communiquera cette notifica-

tion are not fulfilled, the Secretary-General of the League of Nations shall convene a meeting of the Members of the League and the non-Member States which have signed the Convention or acceded to it.

The purpose of this meeting shall be to examine the situation and any measures to be taken to meet it.

C.

The High Contracting Parties shall communicate to each other, immediately upon their coming into force, the legislative measures taken by them in execution of the Convention in their respective territories.

D.

1. It is agreed that, in so far as concerns the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, the only instruments to which the provisions of this Convention shall apply are bills of exchange presented for acceptance or accepted or payable elsewhere than in the United Kingdom.

2. A similar limitation shall apply in the case of any colonies, protectorats or territories under suzerainty or mandate of His Britannic Majesty to which the Convention may become applicable in virtue of Article 9, provided that a notification claiming such limitation is addressed to the Secretary-General of the League of Nations before the date on which the application of the Convention to such territory takes effect.

3. It is further agreed that in so far as concerns Northern Ireland the provisions of this Convention shall only apply with such modifications as may be found necessary.

4. The Government of any Member of the League of Nations or non-Member States which is ready to accede to the Convention under Article 4, but desires to be allowed the limitation specified in paragraph 1 above, may inform the Secretary-General of the League of Nations to this

entrada em vigor da Convenção, o Secretário Geral da Sociedade das Nações convocará uma reunião dos Membros da Sociedade das Nações e dos Estados não membros que tenham assinado a Convenção ou a ela tenham aderido, a fim de ser examinada a situação e as medidas que porventura devam ser tomadas para a resolver.

C

As Altas Partes Contratantes comunicar-se-ão, reciprocamente, a partir da sua entrada em vigor, as disposições legislativas promulgadas nos respectivos territórios para tornar efectiva a Convenção.

D

1. Pelo que se refere ao Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, fica convencionado que os únicos títulos a que se aplicam as disposições da presente Convenção são as letras presentes ao aceite, aceitas ou pagáveis fora do Reino Unido.

2. A mesma restrição será aplicada em qualquer colónia, protectorado ou território sob a soberania ou mandato de Sua Majestade Britânica, no qual a presente Convenção se tenha tornado aplicável em virtude das disposições do artigo 9.º, desde que tenha sido dirigida ao Secretário Geral da Sociedade das Nações, antes da data em que a referida Convenção deva entrar em vigor nesse território, uma notificação tendo por objecto essa restrição.

3. Fica igualmente convencionado que as disposições da presente Convenção, no que respeita à Irlanda do Norte, só se aplicarão com as modificações que forem julgadas necessárias.

4. O Governo de qualquer Membro da Sociedade das Nações ou Estado não membro que desejar aderir à Convenção nos termos do artigo 4.º, mas com a restrição especificada na alínea 1 acima, pode para este efeito notificar o Secretário Geral da Sociedade das Nações, que comunicará a

tion aux gouvernements de tous les Membres de la Société des Nations et des Etats non membres au nom desquels la Convention aura été signée et au nom desquels il y aura été adhéré, en leur demandant s'ils ont des objections à présenter. Si, dans un délai de six mois à partir de ladite communication, aucune objection n'a été soulevée, la participation à la Convention du pays invoquant la limitation en question sera considérée comme acceptée sous cette limitation.

En foi de quoi les Plénipotentiaires ont signé le présent Protocole.

Fait à Genève, le sept juin mil neuf cent trente, en simple expédition qui sera déposée dans les archives du Secrétariat de la Société des Nations; copie conforme en sera transmise à tous les Membres de la Société des Nations et à tous les Etats non membres représentés à la Conférence.

effect, and the Secretary-General shall forthwith communicate this notification to the Governments of all Members of the League and non-Member States on whose behalf the Convention has been signed or accessions thereto deposited and enquire if they have any objection thereto. If within six months of the date of the communication of the Secretary-General no objections have been received, the limitation shall be deemed to have been accepted.

In faith whereof the Plenipotentiaries have signed the present Protocol.

Done at Geneva, the seventh day of June, one thousand nine hundred and thirty, in a single copy, which shall be deposited in the archives of the Secretariat of the League of Nations, and of which authenticated copies shall be delivered to all Members of the League of Nations and non-Member States represented at the Conference.

notificação recebida aos Governos de todos os Membros da Sociedade das Nações e dos Estados não membros em nome dos quais a Convenção tenha sido assinada ou tenham sido depositadas adesões, perguntando-lhes se têm objecções a apresentar. Se num prazo de seis meses, contados da referida comunicação, nenhuma objecção tiver sido formulada, a participação do país que invocou aquela restrição será considerada aceita com essa restrição.

Em fé do que os Plenipotenciários acima mencionados assinaram o presente Protocolo.

Feito em Genebra, aos sete de Junho de mil novecentos e trinta, num só exemplar, que será depositado nos arquivos do Secretariado da Sociedade das Nações; será transmitida cópia autêntica a todos os membros da Sociedade das Nações e a todos os Estados não membros representados na Conferência.

ALLEMAGNE

LEO QUASSOWSKI
DR. ALBRECHT
DR. ULLMANN

GERMANY

ALEMANHA

LEO QUASSOWSKI
DR. ALBRECHT
DR. ULLMANN

AUTRICHE

DR. STROBELE

AUSTRIA

AUSTRIA

DR. STROBELE

BELGIQUE

VTE. P. POULLET
DE LA VALLÉE-POUSSIN

BELGIUM

BÉLGICA

VTE. P. POULLET
DE LA VALLÉE-POUSSIN

BRÉSIL

DEOCLECIO DE CAMPOS

BRAZIL

BRASIL

DEOCLECIO DE CAMPOS

GRANDE-BRETAGNE
ET IRLANDE DU
NORD (ainsi que toutes parties de l'Empire britannique non membres séparés de la Société des Nations).

H. C. GUTTERIDGE

GREAT BRITAIN
AND NORTHERN
IRELAND (and all Parts of the British Empire which are not separate Members of the League of Nations).

GRÃ-BRETANHA e IRLANDA DO NORTE

Assim como todas as partes do Império Britânico que não são Membros separados da Sociedade das Nações.

H. C. GUTTERIDGE

COLOMBIE

A. J. RESTREPO

COLOMBIA

COLÔMBIA

A. J. RESTREPO

DANEMARK	A. HELPER V. EIGTVED	DENMARK	DINAMARCA
VILLE LIBRE DE DANT- ZIG	SULKOWSKI	FREE CITY OF DANZIG	CIDADE LIVRE DE DANT- ZIG
EQUATEUR	ALEJ. GASTELÚ	ECUADOR	EQUADOR
ESPAGNE	JUAN GÓMEZ MONTEJO	SPAIN	ESPAÑA
FINLANDE	F. GRÖNVALL	FINLAND	FINLANDIA
FRANCE	J. PERCEROU	FRANCE	FRANÇA
HONGRIE	DR. BARANYAI, Zoltán	HUNGARY	HUNGRIA
ITALIE	AMEDEO GIANNINI	ITALY	ITÁLIA
JAPON	M. OHNO T. SHIMADA	JAPAN	JAPÃO
LUXEMBOURG	CH. G. VERMAIRE	LUXEMBURG	LUXEMBURGO
NORVÈGE	STUB HOLMBOE	NORWAY	NORUEGA
PAYS-BAS	THE NETHERLANDS MOLENGRAAFF		HOLANDA
PÉROU	J. M. BARRETO	PERU	PERU
POLOGNE	SULKOWSKI	POLAND	POLÓNIA
PORTUGAL	JOSÉ CAEIRO DA MATA	PORTUGAL	PORTUGAL
SUÈDE	E. MARKS VON WÜRTEMBERG BIRGER EKEBERG	SWEDEN	SUÉCIA
			E. MARKS VON WÜRTEMBERG BIRGER EKEBERG

SUISSE	SWITZERLAND	SUIÇA
VISCHER		VISCHER
TCHÉCOSLOVAQUIE	CZECHOSLOVAKIA	CHECO-ESLOVÁQUIA
PROF. DR. KAREL HERMANN-OTAVSKÝ		PROF. DR. KAREL HERMANN-OTAVSKÝ
TURQUIE	TURKEY	TURQUIA
<i>Ad referendum</i>		<i>Ad referendum</i>
MEHMED MUNIR		MEHMED MUNIR
YUGOSLAVIE	YUGOSLAVIA	JUGO-ESLÁVIA
J. CHOUMENKOVITCH		J. CHOUMENKOVITCH

Visto, examinado e considerado quanto se contém na referida Convenção com protocolo, aprovada pelo decreto-lei número vinte e três mil setecentos e vinte e um, de vinte e nove de Março de mil novecentos e trinta e quatro, é, pela presente Carta, a mesma Convenção com protocolo confirmada e ratificada, assim no todo como em cada uma das suas cláusulas e estipulações, e dada por firme e válida para produzir os seus efeitos e ser inviolavelmente cumprida e observada.

Em testemunho do que a presente Carta vai por nós assinada e selada com o selo da República Portuguesa.

Dada nos Paços do Governo da República, aos dez dias do mês de Maio de mil novecentos e trinta e quatro.— ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *José Caeiro da Mata*.

Esta Carta de Confirmação e Ratificação foi depositada nos arquivos do Secretariado da Sociedade das Nações em 9 de Junho de 1934, devendo a Convenção, nos termos do seu artigo 6.º, começar a vigorar, para Portugal, noventa dias após aquela data.

Também nos termos do § 1.º do artigo 9.º da presente Convenção, ficou exarada na acta de depósito a seguinte declaração: «Esta ratificação é feita por Portugal sob a reserva de que as disposições da Convenção não se aplicam ao território colonial português».

Secretaria Portuguesa da Sociedade das Nações, 21 de Junho de 1934.— Pelo Director Geral, *A. M. Ferraz de Andrade*.

ACTE FINAL

Les Gouvernements de l'Allemagne, de l'Autriche, de la Belgique, du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord, des Etats-Unis du Brésil, de la Colombie, du Danemark, de la Ville libre de Dantzig, de l'Equateur, de l'Espagne, de la Finlande, de la France, de la Grèce, de la Hongrie, de l'Italie, du Japon, de la Lettonie, du Luxembourg, de la Norvège, des Pays-Bas, du Pérou, de la Pologne, du Portugal, de la Roumanie, du Siam, de la Suède, de la Suisse, de la Tchécoslovaquie, de la Turquie, du Venezuela et de la Yougoslavie.

Ayant accepté l'invitation qui leur a été adressée en vertu d'une décision du Conseil de la Société des Nations, en date du 14 juin 1929, pour prendre part à une Conférence internationale pour l'unification du droit en matière de lettres de change, billets à ordre et chèques,

Ont, en conséquence, désigné, comme délégués, conseillers techniques et secrétaires :

ALLEMAGNE

Délégués :

M. Leo Quassowski, Conseiller ministériel au Ministère de la Justice du Reich.
Le docteur Erich Albrecht, Conseiller de Légation au Ministère des Affaires étrangères du Reich.
Le docteur Fritz Ullmann, Juge au Tribunal de Berlin.

AUTRICHE

Délégués :

Le docteur Guido Strobele, Conseiller ministériel au Ministère fédéral de la Justice.
Le docteur Paul Hammerschlag, Membre du Conseil d'administration et ancien Directeur de l'Institut de Crédit pour le Commerce et l'Industrie, Vice-Président de la Chambre de Commerce et d'Industrie à Vienne.

Délégué adjoint :

Le docteur Max Sokal, Directeur de la Société de Virement et d'Encaissement à Vienne.

BELGIQUE

Délégués :

Son Excellence le vicomte Poulet, Ministre d'Etat, membre de la Chambre des Représentants.
M. J. de la Vallée Poussin, Secrétaire général du Ministère des Sciences et des Arts.
Le baron Edmond Carton de Wiart, Docteur en droit et en sciences politiques et sociales, Directeur de la Société générale de Belgique.
M. Paul van Zeeland, Professeur à l'Université de Louvain, Directeur de la Banque nationale de Belgique.

Délégué adjoint :

M. Jean-Jacques Vincent, Docteur en droit, Chef du Service des études à la Banque nationale de Belgique.

Secrétaire :

Le docteur François-Xavier Simonis, industriel.

GRANDE-BRETAGNE ET IRLANDE DU NORD

ainsi que toutes parties de l'Empire Britannique non membres séparés
de la Société des Nations

Délégué :

Le Professeur H. C. Gutteridge, K. C., Professeur de droit commercial et industriel et Doyen de la Faculté de droit à l'Université de Londres.

ÉTATS-UNIS DU BRÉSIL

Délégué :

M. Deoclecio de Campos, Attaché commercial à Rome, ancien Professeur à la Faculté de droit de Para.

COLOMBIE

Délégué :

Son Excellence M. Antonio José Restrepo, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire, Délégué permanent auprès de la Société des Nations.

Conseiller :

M. J. M. Yepes, Docteur en droit, Conseiller juridique au Ministère des Affaires étrangères.

Secrétaires :

Le docteur German Abadia, Secrétaire permanent de la Délégation auprès de la Société des Nations.

M. E. Vasco, Attaché.

DANEMARK

Délégués :

M. Axel Helper, Conseiller ministériel au Ministère du Commerce et de l'Industrie.

M. Valdemar Eigtved, Directeur de la « Privatbanken » à Copenhague.

Secrétaire :

M. F. C. L. Neergaard-Petersen, Secrétaire au Ministère du Commerce et de l'Industrie.

VILLE LIBRE DE DANTZIG

Délégués :

M. Józef Sulkowski, Professeur à l'Université de Poznan, Membre de la Commission de codification de Pologne, chef de la Délégation.

M. Richard Kettlitz, Conseiller supérieur de Justice de la Ville libre.

ÉQUATEUR

Délégué :

Le docteur Alexandro Gastelú, Vice-Consul à Genève.

ESPAGNE

Délégué :

Le docteur Gomez Montejo, Chef de section du Corps des juristes du Ministère de la Justice.

FINLANDE

Délégué :

M. Filip Grönnvall, Conseiller d'Etat, Membre de la Haute Cour administrative de Helsinki.

FRANCE

Délégués :

- M. Charles Lyon-Caen¹, Secrétaire perpétuel de l'Académie des Sciences morales et politiques,
Doyen honoraire de la Faculté de droit de Paris.
M. L. J. Percerou, Professeur à la Faculté de droit de Paris.

Conseiller technique :

- M. Jacques Bouteron, Inspecteur de la Banque de France.

Secrétaire :

- M. Gaston J. L. Libersat, Sous-chef de bureau au Ministère du Commerce.

GRÈCE

Délégué :

- M. R. Raphael, Délégué permanent auprès de la Société des Nations, Chargé d'affaires à Berne.

HONGRIE

Délégué :

- Le docteur Eugène Asztalos, Conseiller ministériel au Ministère de la Justice.

ITALIE

Délégués :

- Son Excellence M. Amedeo Giannini, Conseiller d'Etat, Ministre plénipotentiaire de 1^{re} classe,
Président de la Délégation.
M. Ageo Arcangeli, Membre de la Chambre des Députés, Professeur de droit à l'Université de
Rome, Vice-président de la Délégation.
M. Giulio Dena, Professeur de droit à l'Université de Pavie.
M. Isidoro La Lumia, Professeur de droit à l'Université de Milan.
M. Lorenzo Mossa, Professeur de droit à l'Université de Pise.

Experts :

- M. Auguste Weiller, Avocat, Représentant de la Confédération générale bancaire fasciste.
M. Luigi Biamonti, Avocat, Directeur du Bureau juridique de la Confédération générale fasciste
de l'Industrie italienne.
M. Antonio Navarra, Avocat, Représentant de la Confédération générale fasciste des Com-
merçants.
M. Giovanni Zappalá, Avocat, Représentant du Ministre des Finances.
M. Giuseppe de Majo, Avocat, Représentant de la Banque d'Italie.

Secrétaire :

- M. Gian Battista Toffolo, Attaché diplomatique consulaire.

JAPON

Délégués :

- Son Excellence M. Morie Ohno, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire auprès du
Président fédéral de la République d'Autriche.
M. Tetsukichi Shimada, Juge à la Cour de Cassation de Tokio.

Délégués adjoints :

- M. Tamotsu Kobori, Juge au Tribunal de district de Yokohama.
M. Yoshiro Ando, Secrétaire à l'Ambassade du Japon auprès du Comité central exécutif de
l'Union des Républiques soviétiques socialistes.
Le vicomte Seiichi Motono, Secrétaire à l'Ambassade du Japon auprès de Sa Majesté le Roi des
Belges.

¹ M. Lyon-Caen a été empêché de prendre part à la Conférence.

LETTONIE

Délégués :

Son Excellence M. Charles Duzmans, Délégué permanent auprès de la Société des Nations, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire auprès de Sa Majesté le Roi de Yougoslavie, Président de la Délégation.

Le docteur Auguste Loeber, Conseiller à la Cour de Cassation, Professeur à la Faculté de droit de l'Université de Riga.

M. Wilis Bandrevics, Directeur général adjoint de la Banque de Lettonie.

LUXEMBOURG

Délégué :

M. Charles Vermaire, Consul à Genève.

NORVEGE

Délégué :

M. C. Stub Holmboe, Avocat.

PAYS-BAS

Délégués :

M. W. L. P. A. Molengraaff, Docteur en droit, Professeur émérite de l'Université d'Utrecht, chef de la Délégation.

M. C. D. Asser, Avocat à Amsterdam, Docteur en droit, Président des Tribunaux arbitraux mixtes franco-allemand, gréco-allemand, franco-turc et turco-belge.

M. F. G. Scheltema, Docteur en droit, Professeur à l'Université d'Amsterdam.

M. H. A. van Nierop, Docteur en droit, Administrateur-Directeur de l'«Amsterdamsche Bank».

M. G. A. Dunlop, Directeur de la «Nederlandsch-Indische Handelsbank» à Amsterdam.

Secrétaire :

M. Max Franssen, Docteur en droit.

PÉROU

Délégué :

Don José Maria Barreto, Chef du Bureau permanent du Pérou auprès de la Société des Nations, ancien Chargé d'affaires à Berlin.

POLOGNE

Délégués :

M. Józef Sulkowski, Professeur à l'Université de Poznan, Membre de la Commission de codification de Pologne, chef de la Délégation.

M. J. Namitkiewicz, Professeur à l'Université de Varsovie, Juge au Tribunal arbitral mixte germano-polonais.

PORTUGAL

Délégué :

Le docteur José Caeiro da Mata, Recteur de l'Université de Lisbonne, Professeur à la Faculté de droit, Directeur de la Banque de Portugal.

ROUMANIE

Délégués :

- Son Excellence M. Constantin Antoniadé, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire auprès de la Société des Nations.
Son Excellence M. Eugène Neculcea, Ministre plénipotentiaire, Docteur en sciences (Paris), ancien Directeur général au Ministère des Finances, ancien Professeur à l'Université de Jassy, Membre du Comité économique de la Société des Nations.

SIAM

Délégué :

- Son Altesse Sérénissime le prince Varnvaidya, Délégué permanent auprès de la Société des Nations, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire auprès de Sa Majesté Britannique.

SUÈDE

Délégués :

- Son Excellence le baron Marks von Würtemberg, Président de la Cour d'Appel de Stockholm, ancien Ministre des Affaires étrangères.
Son Excellence M. Birger Ekeberg, Ancien Ministre de la Justice, Président de la Commission de législation civile, ancien membre de la Cour Suprême.

Secrétaire :

- M. Eric de Post, Attaché au Ministère royal des Affaires étrangères.

SUISSE

Délégué :

- Le docteur Max Vischer, Avocat et notaire, Premier secrétaire de l'Association suisse des Banquiers, à Bâle.

TCHÉCOSLOVAQUIE

Délégué :

- Le docteur Karel Hermann-Otavsky, Professor à l'Université de Prague, Président de la Commission de codification du droit commercial au Ministère de la Justice, chef de la Délégation.

Délégué et expert :

- Le docteur Jan Srb, Conseiller de Section au Ministère de la Justice.

Secrétaire :

- Le docteur Henri Nosek, Commissaire au Ministère des Affaires étrangères.

TURQUIE

Délégué :

- Son Excellence Munir Bey, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire auprès du Conseil fédéral suisse.

VÉNÉZUELA

Délégué :

- M. Carlos Eduardo de la Madriz de Montemayor, Consul général en Suisse, Docteur en sciences physiques et mathématiques.

YUGOSLAVIE

Délégué :

Le docteur Berthold Eisner, Président de Chambre à la Cour suprême de Saraïevo.

Délégué adjoint :

M. Yvo Andritch, Premier secrétaire de la Délégation permanente auprès de Société des Nations.

ÉTATS-UNIS D'AMÉRIQUE

(A participé à la Conférence à titre d'observateur)

M. Martin Herbert Kennedy, Expert technique, Membre de l'«American Bar Association» et Membre de l'«American Association of International Law».

Adjoint :

M. James W. Riddleberger.

Ont pris part à la Conférence à titre consultatif :

REPRÉSENTANT DU COMITÉ ÉCONOMIQUE DE LA SOCIÉTÉ DES NATIONS

M. J. A. Barbosa-Carneiro, Attaché commercial à l'Ambassade du Brésil auprès de Sa Majesté Britannique, Membre du Comité économique.

CHAMBRE DE COMMERCE INTERNATIONALE

Délégués :

- M. Albert Troullier, Ancien Président du Tribunal de Commerce de la Seine, ancien Président de la Société de législation comparée, Vice-Président de la Société d'études législatives, chef de la Délégation.
- M. Geh. Kom. Richard Schmidt, Président de la Chambre de Commerce de Leipzig, i/Fa. Hammer & Schmidt, Bank-Geschäft, membre du Bureau du Congrès allemand du Commerce et de l'Industrie, Président du Tribunal d'honneur de la Bourse, Président du Sénat de l'Ecole Supérieure du Commerce.
- M. Virgilio del Rio, Directeur du Service financier de la Chambre de Commerce internationale.

INSTITUT INTERNATIONAL DE ROME POUR L'UNIFICATION DU
DROIT PRIVÉ

M. René David, Secrétaire général adjoint de l'Institut.

Qui se sont réunis à Genève, le 13 mai 1930, sous la présidence de M. le Dr. J. Limburg, Membre du Conseil d'Etat des Pays-Bas, désigné par le Conseil de la Société des Nations.

M. Ch. Smets, membre de la Section économique du Secrétariat, a assumé les fonctions de Secrétaire général de la Conférence. Il a été assisté de MM. Arcoleo, Bernier et Xenakis, membres du Secrétariat de la Société des Nations.

La Conférence a désigné un comité de rédaction composé de :

M. Giannini, président, M. Percerou, rapporteur général, M. Ekeberg, M. Quassowski et M. Sulkowski.

M. Joseph Nisot, membre de la Section juridique du Secrétariat, a agi comme conseiller juridique.

A la suite des délibérations consignées aux procès-verbaux des séances, la Conférence a élaboré, avec les protocoles y relatifs, les trois Conventions suivantes :

1. Convention portant loi uniforme sur les lettres de change et billets à ordre ;
2. Convention destinée à régler certains conflits de lois en matière de lettre de change et de billet à ordre ;
3. Convention relative au droit de timbre en matière de lettre de change et de billet à ordre.

La Conférence a également émis les vœux ci-après :

I

La Conférence, dans le but d'éviter que soient adoptés de textes de la loi uniforme dans la même langue, qui présentent des divergences de traduction, émet le vœu que les Etats qui ont la même langue officielle veuillent établir d'un commun accord la traduction officielle de la loi uniforme.

II

La Conférence émet le vœu que les Hautes Parties contractantes se notifient entre elles les listes des jours fériés légaux et des autres jours où le paiement ne peut être exigé dans leurs pays respectifs.

III

La Conférence émet également le vœu que les parties à la Convention, portant loi uniforme sur les lettres de change et billets à ordre, se communiquent entre elles le texte des plus importantes décisions judiciaires intervenues sur leurs territoires respectifs et tombant sous l'application de ladite Convention.

IV

La Conférence, considérant le développement que prennent dans la pratique les garanties extra-cambiales de titres de crédit, émet le vœu que l'Institut international de Rome pour l'unification du Droit privé mette à l'étude les problèmes concernant la fidéjussion et l'assurance des créances cambiales en connexion avec le système général de la lettre de change et particulièrement avec l'aval.

V

La Conférence, ayant terminé la première partie du programme de ses travaux, décide de renvoyer à une session ultérieure la discussion des projets de convention relatifs au chèque et demande au président de la Conférence de fixer, avec l'autorisation du Conseil de la Société des Nations, la date de la seconde session de la présente Conférence qui, autant que possible, devrait avoir lieu dans le courant du mois de janvier 1931.

Dans l'intervalle, et afin de faciliter les travaux ultérieurs :

I. Les gouvernements représentés à la présente Conférence, tenant compte de l'expérience de cette première session, soumettront les projets dont la Conférence est saisie relativement au chèque à un examen supplémentaire en consultant, le cas échéant, les milieux intéressés. Cet examen pourrait notamment porter sur l'état de la législation et sur les points suivants :

1. Convient-il d'interdire l'émission des chèques sur des personnes n'exerçant pas la profession de banquiers ?
2. Le tireur doit-il avoir une disponibilité liquide auprès du tiré et à quel moment, à la présentation ou au paiement ?
3. « Guthabenklausel » (mention obligatoire de la provision).
4. Le chèque doit-il être toujours à vue ?
5. De quelle manière doivent être réglés les délais pour la présentation ?
6. Faut-il reconnaître au tireur, et dans quelle mesure, le droit de faire opposition au paiement du chèque (révocation) ?
7. Quels sont les effets du barrement ? Ne serait-il pas possible de ramener à un type unique le chèque barré et le chèque seulement pour compensation (nur zur Verrechnung) pratiqué par certains pays ?
8. Le tireur est-il responsable, même si le chèque n'est pas dûment présenté dans le délai fixé ?
9. Quels sont les effets du transfert de la provision au porteur ? — Action d'enrichissement.
10. A la charge de qui faut-il imputer les risques de faux et d'altération ?
11. Le tiré peut-il refuser le paiement partiel d'un chèque qui ne serait pas entièrement couvert ?
12. N'y a-t-il pas lieu de prescrire des règles spéciales et lesquelles pour le cas où un titre, remplissant par ailleurs toutes les conditions requises pour la validité d'une lettre de change, stipule qu'il est payable, non en espèces, mais par un chèque, spécialement par un chèque sur l'étranger ?
13. Chèque rédigé à la machine à écrire.
14. Perte ou vol du chèque (procédure d'amortisation).
15. Conflits entre les clauses de transmission.
16. Chèque domicilié.
17. Duplicata (pluralité d'exemplaires).
18. Prescription.
19. Exonération de garantie de l'endosseur.
20. Effets des chèques postdatés.
21. Acceptation, certification et visa.

II. Les délégations communiqueront au Secrétaire général de la Société des Nations, avant le 15 octobre 1930, le résultat de l'examen visé au N° I, en y joignant tous amendements, propositions ou considérations qu'elles jugeraient utiles.

III. La documentation supplémentaire ainsi obtenue sera coordonnée, classée et réunie en un document, par les soins du Secrétaire général de la Société des Nations.

Le Président de la Conférence, M. le D^r Limburg, est prié de revoir le document établi par le Secrétariat et de donner à celui-ci toutes directives utiles avant la transmission dudit document aux gouvernements représentés à la présente Conférence.

IV. La Conférence prie le Conseil de la Société des Nations d'autoriser le Secrétaire général de la Société à entreprendre les tâches que comporte l'exécution des dispositions ci-dessus.

EN FOI DE QUOI, les délégués susmentionnés ont signé le présent Acte final.

FAIT à Genève, le sept juin mil neuf cent trente en un seul exemplaire, qui sera déposé dans les archives du Secrétariat de la Société des Nations. Une copie certifiée conforme sera transmise par les soins du Secrétaire général de la Société à tous les Membres de la Société des Nations et à tous les Etats non membres invités à la Conférence.

Le Président de la Conférence:

LIMBURG

Le Secrétaire général de la Conférence:

C. SMETS

ALLEMAGNE

LEO QUASSOWSKI
DR ALBRECHT
DR ULLMANN

AUTRICHE

DR STROBELE

BELGIQUE

VTE POULLET
DE LA VALLÉE POUSSIN

GRANDE-BRETAGNE ET IRLANDE DU NORD

AINSI QUE TOUTES PARTIES DE L'EMPIRE
BRITANNIQUE NON MEMBRES SÉPARÉS DE
LA SOCIÉTÉ DES NATIONS

H. C. GUTTERIDGE

BRÉSIL

DEOCLECIO DE CAMPOS

COLOMBIE

A. J. RESTREPO

DANEMARK

A. HELPER
V. EIGTVED

VILLE LIBRE DE DANTZIG

SULKOWSKI
RICHARD KETTLITZ

ÉQUATEUR

ALEX GASTELÚ

ESPAGNE

JUAN GOMEZ MONTEJO

FINLANDE

F. GRÖNVALL

FRANCE

J. PERCEROU
BOUTERON
GASTON LIBERSAT

GRÈCE

R. RAPHAEL

HONGRIE

E. ASZTALOS

ITALIE

AMEDEO GIANNINI
GIAN BATTISTA TOFFOLO

JAPON

M. OHNO
T. SHIMADA

LETTONIE

CHARLES DUZMANS
AUGUSTE LOEBER
W. BANDREVICS

LUXEMBOURG

CH. G. VERMAIRE

NORVÈGE

STUB HOLMBOE

PAYS-BAS

MOLENGRAAFF
SCHELTEMA
G. A. DUNLOP
MAX. FRANSSEN

PÉROU

J. M. BARRETO

POLOGNE

SULKOWSKI

PORTUGAL

JOSÉ CAEIRO DA MATA

ROUMANIE

E. NECULCEA

SLAM

VARNVAIDYA

SUEDE

E. MARKS VON WÜRTEMBERG
BIRGER EKEBERG

SUISSE

VISCHER

TCHÉCOSLOVAQUIE

PROF. DR KAREL HERMANN-OTAVSKY
JEAN SRB
DR H. NOSEK

TURQUIE

MEHMED MUNIR

VENEZUELA

CARLOS E. DE LA MADRIZ

YUGOSLAVIE

DR B. EISNER

COMITÉ ÉCONOMIQUE DE LA SOCIÉTÉ DES NATIONS

J. A. BARBOSA CARNEIRO

INSTITUT INTERNATIONAL DE ROME
POUR L'UNIFICATION DU DROIT PRIVÉ

RENÉ DADID

FINAL ACT.

The Governments of Germany, Austria, Belgium, the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, the United States of Brazil, Colombia, Denmark, the Free City of Danzig, Ecuador, Spain, Finland, France, Greece, Hungary, Italy, Japan, Latvia, Luxemburg, Norway, The Netherlands, Peru, Poland, Portugal, Roumania, Siam, Sweden, Switzerland, Czechoslovakia, Turkey, Venezuela and Yugoslavia,

Having accepted the invitation extended to them in virtue of a decision by the Council of the League of Nations, dated June 14th, 1929, to take part in an international Conference for the unification of laws on bills of exchange, promissory notes and cheques,

Have in consequence appointed as delegates, technical advisers and secretaries:

GERMANY

Delegates:

M. Leo Quassowski, Ministerial Counsellor in the Reich Ministry of Justice.
Dr. Erich Albrecht, Counsellor of Legation in the Reich Ministry for Foreign Affairs.
Dr. Fritz Ullmann, Judge at the Court of Berlin.

AUSTRIA

Delegates:

Dr. Guido Strobele, Ministerial Counsellor in the Federal Ministry of Justice.
Dr. Paul Hammerschlag, Member of the Board of Directors and former Director of the Credit Bank for Commerce and Industry, Vice-President of the Vienna Chamber of Commerce and Industry.

Substitute:

Dr. Max Sokal, Director of the Clearing and Collections Company at Vienna.

BELGIUM

Delegates:

His Excellency Viscount Poulet, Minister of State, Member of the House of Representatives.
M. J. de la Vallée Poussin, Secretary-General of the Ministry of Science and Arts,
Baron Edmond Carton de Wiart, Doctor of Law and Political and Social Science, Director of the "Société Générale de Belgique".
M. Paul van Zeeland, Professor at the University of Louvain; Director of the National Bank of Belgium.

Substitute:

M. Jean-Jacques Vincent, Doctor of Law, Head of the Investigations Department of the National Bank of Belgium.

Secretary:

Dr. François-Xavier Simonis, Industrialist.

GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND

and all Parts of the British Empire which are not Separate Members
of the League of Nations

Delegate:

Professor H. C. Gutteridge, K. C., Professor of Commercial and Industrial Law and Dean of the Faculty of Laws in the University of London.

UNITED STATES OF BRAZIL

Delegate:

M. Deoclecio de Campos, Commercial Attaché at Rome, formerly Professor in the Faculty of Law of Pará.

COLOMBIA

Delegate:

His Excellency M. Antonio José Restrepo, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary, Permanent Delegate accredited to the League of Nations.

Adviser:

M. J. M. Yepes, Doctor of Law, Legal Adviser in the Ministry for Foreign Affairs.

Secretaries:

Dr. German Abadia, Permanent Secretary of the Delegation accredited to the League of Nations.
M. E. Vasco, Attaché.

DENMARK

Delegates:

M. Axel Helper, Ministerial Counsellor in the Ministry of Commerce and Industry.
M. Valdemar Eigtved, General Manager of the «Privatbanken», Copenhagen.

Secretary:

M. F. C. L. Neergaard-Petersen, Secretary in the Ministry of Commerce and Industry.

FREE CITY OF DANZIG

Delegates:

M. Józef Sulkowski, Professor at the University of Poznan, Member of the Polish Codification Commission, Head of the Delegation.
M. Richard Kettlitz, «Conseiller Supérieur» of Justice of the Free City.

ECUADOR

Delegate:

Dr. Alexandro Gastelu, Vice-Consul at Geneva.

SPAIN

Delegate:

Dr. Gomez Montejo, Head of Section of the Corps of Jurists in the Ministry of Justice.

FINLAND

Delegate:

M. Filip Grönvall, Counsellor of State, Member of the Higher Administrative Court at Helsingfors.

FRANCE

Delegate:

- M. Charles Lyon-Caen¹, Permanent Secretary of the Academy of Moral and Political Sciences, Honorary Dean of the Faculty of Law of Paris.
 M. L. J. Percerou, Professor in the Faculty of Law of Paris.

Technical Adviser:

- M. Jacques Bouteron, Inspector of the Bank of France.

Secretary:

- M. Gaston J. L. Libersat, Assistant Head of Service in the Ministry of Commerce.

GREECE

Delegate:

- M. R. Raphael, Permanent Delegate accredited to the League of Nations, Chargé d'Affaires at Berne.

HUNGARY

Delegate:

- Dr. Eugène Asztalos, Ministerial Counsellor in the Ministry of Justice.

ITALY

Delegates:

- His Excellency M. Amedeo Giannini, Counsellor of State, First Class Minister Plenipotentiary, President of the Delegation.
 M. Ageo Arcangeli, Member of Parliament, Professor of Law at the University of Rome, Vice-President of the Delegation,
 M. Giulio Dena, Professor of Law in the University of Pavia.
 M. Isidoro La Lumia, Professor of Law in the University of Milan.
 M. Lorenzo Mossa, Professor of Law in the University of Pisa.

Experts:

- M. Auguste Weiller, Barrister-at-Law, Representative of the Fascist General Banking Confederation.
 M. Luigi Biamonti, Barrister-at-Law, Director of the Legal Bureau of the Fascist General Confederation of Italian Industry.
 M. Antonio Navarra, Barrister-at-Law, Representative of the Fascist General Merchants' Confederation.
 M. Giovanni Zappalá, Barrister-at-Law, Representative of the Minister of Finance.
 M. Giuseppe de Majò, Barrister-at-Law, Representative of the Bank of Italy.

Secretary:

- M. Gian Battista Toffolo, Diplomatic Consular Attaché.

JAPAN

Delegates:

- His Excellency M. Morie Ohno, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary accredited to the Federal President of the Austrian Republic.
 M. Tetsukichi Shimada, Judge at the «Cour de Cassation» of Tokio.

Substitutes:

- M. Tamotsu Kobori, Judge at the District Court of Yokohama.
 M. Yoshiro Ando, Secretary at the Japanese Embassy accredited to the Central Executive Committee of the Union of Soviet Socialist Republics.
 Viscount Seiichi Motono, Secretary at the Japanese Embassy accredited to His Majesty the King of the Belgians.

¹ M. Lyon-Caen was prevented from attending the Conference.

LATVIA

Delegates:

- His Excellency M. Charles Duzmans, Permanent Delegate accredited to the League of Nations, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary accredited to His Majesty the King of Yugoslavia, President of the Delegation.
Dr. Auguste Loeber, Counsellor of the Court of Cassation, Professor in the Faculty of Law of the University of Riga.
M. Wilis Bandrevics, Deputy-Director-General of the Bank of Latvia.

LUXEMBURG

Delegate:

- M. Charles Vermaire, Consul at Geneva.

NORWAY

Delegate:

- M. C. Stub Holmboe, Barrister-at-Law.

THE NETHERLANDS

Delegates:

- M. W. L. P. A. Molengraaff, Doctor of Law, Professor Emeritus of the University of Utrecht, Head of the Delegation,
M. C. D. Asser, Barrister-at-Law at Amsterdam, Doctor of Law, President of the Franco-German, Greco-German, Franco-Turkish, and Turco-Belgian Mixed Arbitral Tribunals.
M. F. G. Scheltema, Doctor of Law, Professor at the University of Amsterdam.
M. H. A. van Nierop, Doctor of Law, Managing Director of the «Amsterdamsche Bank».
M. G. A. Dunlop, Director of the «Nederlandsch-Indische Handelsbank» at Amsterdam.

Secretary:

- M. Max Franssen, Doctor of Law.

PERU

Delegate:

- Don José Maria Barreto, Head of the Permanent Office of Peru accredited to the League of Nations, former Chargé d'Affaires at Berlin.

POLAND

Delegates:

- M. Jozef Sulkowski, Professor at the University of Poznań, Member of the Polish Codification Commission, Head of the Delegation.
M. Jan Namitkiewicz, Professor at the University of Warsaw, Judge at the Germano-Polish Mixed Arbitral Tribunal.

PORTUGAL

Delegate:

- Dr. José Caeiro da Mata, Rector of the University of Lisbon, Professor in the Faculty of Law, Director of the Bank of Portugal.

ROUMANIA

Delegates:

- His Excellency M. Constantin Antoniadu, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary accredited to the League of Nations.
- His Excellency M. Eugène Neculcea, Minister Plenipotentiary, Doctor of Science (Paris), former Director-General at the Ministry of Finances, former Professor at the University of Jassy, Member of the Economic Committee of the League of Nations.

SIAM

Delegate:

- His Serene Highness Prince Varnvaidya, Permanent Delegate accredited to the League of Nations, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary accredited to His Britannic Majesty.

SWEDEN

Delegates:

- His Excellency Baron Marks von Vürtemberg, President of the Stockholm Court of Appeal, former Minister for Foreign Affairs.
- His Excellency M. Birger Ekeberg, Former Minister of Justice, President of the Civil Legislation Commission, former Member of the Supreme Court.

Secretary:

- M. Eric de Post, Attaché to the Royal Ministry for Foreign Affairs.

SWITZERLAND

Delegate:

- Doctor Max Vischer, Barrister-at-Law and Notary, First Secretary of the Swiss Bankers' Association at Basle.

CZECHOSLOVAKIA

Delegate:

- Dr. Karel Hermann-Otavsky, Professor at the University of Prague, President of the Codification Commission for Commercial Law in the Ministry of Justice, Head of the Delegation.

Delegate and Expert:

- Dr. Jan Srb, Departmental Counsellor in the Ministry of Justice.

Secretary:

- Dr. Henri Nosek, Commissioner in the Ministry for Foreign Affairs.

TURKEY

Delegate:

- His Excellency Münir Bey, Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary accredited to the Swiss Federal Council.

VENEZUELA

Delegate:

- M. Carlos Eduardo de la Madriz de Montemayor, Consul-General in Switzerland, Doctor of Science and Mathematics.

YUGOSLAVIA

Delegate:

Dr. Berthold Eisner, President of Chamber at the Supreme Court of Sarajevo.

Substitute:

M. Yvo Andritch, First Secretary of the Permanent Delegation accredited to the League of Nations.

UNITED STATES OF AMERICA

(Attended the Conference as an Observer)

Mr. Martin Herbert Kennedy, Technical expert. Member of the American Bar Association and Member of the American Association of International Law.

Substitute:

Mr. James W. Riddleberger.

Attended the Conference in an Advisory Capacity

REPRESENTATIVE OF THE ECONOMIC COMMITTEE OF THE LEAGUE OF NATIONS

M. J. A. Barboza-Carneiro, Commercial Attaché to the Brazilian Embassy accredited to His Britannic Majesty, member of the Economic Committee.

INTERNATIONAL CHAMBER OF COMMERCE

Delegates:

- M. Albert Troullier, Former President of the Commercial Tribunal of the Seine, ex-President of the «Société de législation comparée», Vice-President of the «Société d'études législatives», of the Delegation.
- M. Geh. Kom. Richard Schmidt, President of the Leipzig Chamber of Commerce, of «Hammer und Schmidt Bank-Geschäft», Member of the Bureau of the German Congress of Commerce and Industry, President of the Stock Exchange Court of Honour, President of the Senate of the Higher School of Commerce.
- M. Virgilio Del Rio, Director of the Financial Department of the international Chamber of commerce.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW
AT ROME

M. René David, Deputy-Secretary-General of the Institute.

Who assembled at Geneva on May 13th, 1930, under the presidency of Dr. J. Limburg, Member of the Netherlands Council of State, appointed by the Council of the League of Nations.

M. Ch. Smets, member of the Economic Section of the Secretariat, acted as Secretary-General of the Conference and was assisted by M. Arcoleo, M. Bernier and M. Xenakis, members of the Secretariat of the League of Nations.

The Conference appointed a Drafting Committee consisting of M. Giannini (*Chairman*), M. Percerou, General Rapporteur, M. Ekeberg, M. Quassowski and M. Sulkowski.

M. Joseph Nisot, member of the Legal Section of the Secretariat, acted as legal adviser.

In the course of discussions, which are recorded in the Minutes of the Meetings, the Conference ramed, together with the protocols relating thereto, the three following conventios :

1. Convention providing uniform law on bills of exchange and promissory notes ;
2. Convention for the settlement of certain conflicts of laws in connection with bills of exchange and promissory notes ;

3. Convention on stamp laws in connection with bills of exchange and promissory notes.
- The Conference also made the following recommendations :

I

In order to avoid the adoption of texts of the Uniform Law translated in different ways in the same language, the Conference recommends that countries whose official language is the same should agree to establish an official translation of the Uniform Law.

II

The Conference recommends that the High Contracting Parties should communicate to one another a list of the legal holidays and other days on which payment cannot be demanded in their respective countries.

III

The Conference further recommends that the Parties to the Convention providing Uniform Law for Bills of Exchange and Promissory Notes should communicate to one another the text of the most important judgments given in their respective territories coming under the application of the said Convention.

IV

The Conference, having regard to the development of the practice of giving guarantees for instruments of credit in a form not coming under the law of negotiable instruments, recommends that the International Institute for the Unification of Private Law at Rome should study the problems concerning the guaranteeing (*fidejussio*) and insurance of debts in connection with bills of exchange in their relation to the general system of bills of exchange and the "aval" in particular.

V

The Conference, having concluded the first part of its programme, decides to postpone to another session the discussion of the draft conventions on cheques, and asks the President of the Conference to fix, with the authorisation of the Council of the League of Nations, the date of the second session of the present Conference, if possible, in January 1931.

Meanwhile, and in order to facilitate subsequent work :

I. The Governments represented at the present Conference will, in the light of the experience of this first session, devote further examination to the draft conventions on cheques submitted to the Conference and will, if necessary, consult circles technically concerned. This examination might deal in particular with the present state of legislation and with the following points:

1. Is it desirable to prohibit the drawing of cheques on persons who do not carry on the profession of banking?
2. Must the drawer have funds in the hands of the drawee, and at what moment, at the time of presentation or at the time of payment?
3. «Guthabenklausel» (compulsory mention of cover in the cheque).
4. Must a cheque always be payable on demand?
5. How must the time-limits for presentation be fixed?
6. Must the drawer be given the right to object to payment of the cheque (withdrawal) and how far?
7. What are the effects of a crossing? Would it not be possible to combine in a single type the crossed cheque and the cheque only for collection (nur zur Verrechnung) in use by certain countries?
8. Is the drawer liable even if the cheque has not been presented within the fixed period of time?
9. What are the effects of the transfer of cover to the holder? — Action for inequitable gain?
10. Upon whom do the risks of forgery and alteration fall?
11. Can the drawee refuse partial payment of a cheque when there are not sufficient funds to meet it?
12. Is it not desirable to prescribe special rules to meet the case in which an instrument which otherwise satisfies all the conditions required for the validity of a bill of exchange stipulates that it is payable not in money, but by a cheque, especially by a cheque drawn on a bank abroad? If so, what rules should be prescribed?
13. A type-written cheque.
14. Loss or theft of a cheque (amortisation procedure).
15. Conflicts between transmission clauses.
16. Domiciled cheque.
17. Duplicates (parts of a set).
18. Limitation of actions.
19. Release of the endorser from his liability.
20. Consequences ensuing from post-dated cheques.
21. Acceptation, certification and visa.

II. The delegations will communicate to the Secretary-General of the League of Nations, before October 15th, 1930, the result of the examination referred to in I, adding thereto any amendments, proposals or considerations they may deem fit.

III. The additional documentation thus obtained will be co-ordinated, classified and incorporated in a single document on the instructions of the Secretary-General.

The President of the Conference, Dr. Limburg, is requested to revise the document prepared by the Secretariat and to furnish the latter with any useful instructions before the document is transmitted to the Governments represented at the present Conference.

IV. The Conference requests the Council of the League of Nations to authorise the Secretary-General of the League to undertake the duties necessary for the execution of the above provisions.

IN FAITH WHEREOF, the above-mentioned delegates have signed the present Final Act.

DONE at Geneva the seventh day of June one thousand nine hundred and thirty, in a single copy, which shall be deposited in the archives of the Secretariat of the League of Nations. Authenticated copies shall be delivered by the Secretary-General of the League to all Members of the League of Nations and to all Non-Member States invited to the Conference.

The President of the Conference :

LIMBURG

The Secretary-General of the Conference :

C. SMETS

GERMANY

LEO QUASSOWSKI

DR ALBRECHT

DR ULLMANN

AUSTRIA

DR STROBELE

BELGIUM

VTE POULLET

DE LA VALLÉE POUSSIN

GREAT-BRITAIN AND NORTHERN IRELAND

AND ALL PARTS OF THE BRITISH EMPIRE WHICH
ARE NOT SEPARATE MEMBERS OF THE LEAGUE
OF NATIONS.

H. C. GUTTERIDGE

BRAZIL

DEOCLECIO DE CAMPOS

COLOMBIA

A. J. RESTREPO

DENMARK

A. HELPER

V. EIGTVED

FREE CITY OF DANZIG

SULKOWSKI
RICHARD KETTLITZ

EQUADOR

ALEX. GASTELÚ

SPAIN

JUAN GOMEZ MONTEJO

FINLAND

F. GRÖNVALL

FRANCE

J. PERCEROU
BOUTERON
GASTON LIBERSAT

GREECE

R. RAPHAEL

HUNGARY

E. ASZTALOS

ITALY

AMEDEO GIANNINI
GIAN BATTISTA TOFFOLO

JAPAN

M. OHNO
T. SHIMADA

LATVIA

CHARLES DUZMANS
AUGUSTE LOEBER
W. BANDREVICS

LUXEMBURG

CH. G. VERMAIRE

NORWAY

STUB HOLMBOE

THE NETHERLANDS

MOLENGRAAFF
SCHELTEMA
G. A. DUNLOP
MAX FRANSSEN

PERU

J. M. BARRETO

POLAND

SULKOWSKI

PORTUGAL

JOSÉ CAEIRO DA MATA

ROUMANIA

E. NECULCEA

SIAM

VARNVAIDYA

SWEDEN

E. MARKS VON WÜRTEMBERG
BIRGER EKEBERG

SWITZERLAND

VISCHER.

CZECHOSLOVAKIA

PROF. DR KAREL HERMANN-OTAVSKY
JEAN SRB
DR H. NOSEK

TURKEY

MEHMED MUNIR

VENEZUELA

CARLOS E. DE LA MADRIZ

YUGOSLAVIA

DR B. EISNER

ECONOMIC COMMITTEE
OF THE LEAGUE OF NATIONS

J. A. BARBOSA CARNEIRO

INTERNATIONAL INSTITUTE
FOR THE UNIFICATION OF PRIVATE LAW AT ROME

RENÉ DAVID.

ACTO FINAL

Os Governos da Alemanha, da Áustria, da Bélgica, do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, dos Estados Unidos do Brasil, da Colômbia, da Dinamarca, da Cidade Livre de Dantzig, do Equador, da Espanha, da Finlândia, da França, da Grécia, da Hungria, da Itália, do Japão, da Letónia, do Luxemburgo, da Noruega, da Holanda, do Peru, da Polónia, de Portugal, da Roménia, do Sião, da Suécia, da Suíça, da Tchécoslováquia, da Turquia, da Venezuela e da Jugoslávia;

Teudo aceite o convite que, em virtude duma decisão do Conselho da Sociedade das Nações, de 14 de Junho de 1929, lhes havia sido dirigido para tomar parte numa Conferência Internacional para a unificação do direito em matéria de letras, livranças e cheques:

Designaram, por consequência, como delegados, conselheiros técnicos e secretários:

ALEMANHA

Delegados:

- O Sr. Leo Quassowski, Conselheiro Ministerial no Ministério da Justiça do Reich;
- O Dr. Erich Albrecht, Conselheiro de Legação no Ministério dos Negócios Estrangeiros no Reich;
- O Dr. Fritz Ullmann, Juiz do Tribunal de Berlim.

ÁUSTRIA

Delegados:

- O Dr. Guido Strobele, Conselheiro Ministerial no Ministério Federal da Justiça;
- O Dr. Paul Hammerschlag, Membro do Conselho de Administração e antigo Director do Instituto de Crédito Comercial e Industrial, Vice-Presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Viena.

Delegado adjunto:

- O Dr. Max Sokal, Director da Sociedade de Compensação e Cobrança de Viena.

BÉLGICA

Delegados:

- Sua Excelência o Visconde Poulet, Ministro de Estado, Membro da Câmara dos Representantes;
- O Sr. J. de la Vallée Poussin, Secretário Geral do Ministério das Ciências e das Artes;
- O Barão Edmond Carton de Wiart, Doutor em Direito e em Ciências Políticas e Sociais, Director da Sociedade Geral da Bélgica;
- O Sr. Paul van Zeeland, Professor da Universidade de Lovaina, Director do Banco Nacional da Bélgica.

Delegado adjunto:

- O Sr. Jean-Jacques Vincent, Doutor em Direito, Chefe do Serviço de Investigações do Banco Nacional da Bélgica.

Secretário:

- O Dr. François-Xavier Simonis, Industrial.

GRÃ-BRETANHA e IRLANDA DO NORTE

assim como todas as partes do Império Britânico não Membros
separados da Sociedade das Nações

Delegado :

O Professor H. C. Gutteridge, K. C. Professor de Direito Comercial e Industrial, decano da Faculdade de Direito da Universidade de Londres.

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Delegado :

O Sr. Deoclecio de Campos, Adido Comercial em Roma, antigo Professor da Faculdade de Direito do Pará.

COLOMBIA

Delegado :

Sua Excelência o Sr. António José Restrepo, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário, Delegado Permanente junto da Sociedade das Nações.

Conselheiro :

O Sr. J. M. Yepes, Doutor em Direito, Consultor Jurídico do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Secretários :

O Dr. German Abadia, Secretário Permanente da Delegação junto da Sociedade das Nações;
O Sr. E. Vasco, Adido.

DINAMARCA

Delegados :

O Sr. Axel Helper, Conselheiro Ministerial no Ministério do Comércio e Indústria;
O Sr. Valdemar Eigtved, Director do «Privatbanken», Copenhague.

Secretário :

O Sr. F. C. L. Neergaard-Petersen, Secretário do Ministério do Comércio e Indústria.

CIDADE LIVRE DE DANTZIG

Delegados :

O Sr. Józef Sulkowski, Professor da Universidade de Poznan, Membro da Comissão de Codificação da Polónia, Presidente da Delegação;
O Sr. Richard Kettlitz, Conselheiro Superior de Justiça da Cidade Livre.

EQUADOR

Delegado :

O Dr. Alejandro Gastelú, Vice-Cônsul em Genebra.

ESPANHA

Delegado :

O Dr. Gomes Monteiro, Chefe de Secção do Corpo de Juristas do Ministério da Justiça.

FINLANDIA

Delegado :

O Sr. Filip Grönnvall, Conselheiro de Estado, Membro do Supremo Tribunal Administrativo de Helsinki.

FRANÇA

Delegados :

- O Sr. Charles Lyon-Caen (1), Secretário Perpétuo da Academia das Ciências Morais e Políticas, decano honorário da Faculdade de Direito de Paris ;
O Sr. L. J. Percerou, Professor da Faculdade de Direito de Paris.

Conselheiro Técnico :

- O Sr. Jacques Bouteron, Inspector do Banco de França.

Secretário :

- O Sr. Gaston J. L. Libersat, Sub-Chefe de Repartição do Ministério do Comércio.

GRÉCIA

Delegado :

- O Sr. R. Raphael, Delegado Permanente junto da Sociedade das Nações, Encarregado de Negócios em Berne.

HUNGRIA

Delegado :

- O Dr. Eugène Asztalos, Conselheiro Ministerial do Ministério da Justiça.

ITÁLIA

Delegados :

- Sua Excelência o Sr. Amedeo Giannini, Conselheiro de Estado, Ministro Plenipotenciário de 1.^a classe, Presidente da Delegação ;
O Sr. Ageo Arcangeli, Membro da Câmara dos Deputados, Professor de Direito da Universidade de Roma, Vice-Presidente da Delegação ;
O Sr. Giulio Diena, Professor de Direito da Universidade de Pavia ;
O Sr. Isidoro La Lumia, Professor de Direito da Universidade de Milão ;
O Sr. Lorenzo Mossa, Professor de Direito da Universidade de Pisa.

Peritos :

- O Sr. Augusto Veiller, Advogado, Representante da Confederação Geral Bancária Fascista ;
O Sr. Luigi Biamonti, Advogado, Director da Repartição Jurídica da Confederação Geral Fascista da Indústria Italiana ;
O Sr. António Navarra, Advogado, Representante da Confederação Geral Fascista dos Comerciantes ;
O Sr. Giovanni Zappalá, Advogado, Representante do Ministro das Finanças ;
O Sr. Giuseppe de Majo, Advogado, Representante do Banco de Itália.

Secretário :

- O Sr. Gian Battista Toffolo, Adido Diplomático Consular.

JAPÃO

Delegados :

- Sua Excelência o Sr. Morie Ohno, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto do Presidente Federal da República da Áustria ;
O Sr. Tetsukichi Shimada, Juiz da Relação de Tóquio.

Delegados adjuntos :

- O Sr. Tamotsu Kobori, Juiz do Tribunal de distrito de Yokoama ;
O Sr. Yoshiro Ando, Secretário da Embaixada do Japão junto do Comité Central Executivo da União das Repúblicas Soviéticas Socialistas ;
O Visconde Seiichi Motono, Secretário da Embaixada do Japão junto de Sua Majestade o Rei dos Belgas.

(1) O Sr. Lyon-Caen foi impedido de tomar parte na Conferência.

LETÓNIA

Delegados :

- Sua Excelência o Sr. Charles Duzmans, Delegado Permanente junto da Sociedade das Nações, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto de Sua Majestade o Rei da Yugo-Slavia, Presidente da Delegação;
O Dr. Augusto Loeber, Conselheiro do Supremo Tribunal, Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Riga;
O Sr. Wilis Bandrevics, Director Geral adjunto do Banco da Letónia.

LUXEMBURGO

Delegado :

- O Sr. Charles Vermaire, Cônsul em Genebra.

NORUEGA

Delegado :

- O Sr. C. Stub Holmboe, Advogado.

HOLANDA

Delegados :

- O Sr. W. L. P. A. Molengraaff, Doutor em Direito, Professor Emérito da Universidade de Utrecht, Presidente da Delegação;
O Sr. C. D. Asser, Advogado em Amesterdão, Doutor em Direito, Presidente dos Tribunais Arbitrais mixtos franco-alemão, greco-alemão, franco-turco e turco-belga;
O Sr. F. G. Scheltema, Doutor em Direito, Professor da Universidade de Amesterdão;
O Sr. H. A. Van Nierop, Doutor em Direito, Director-Administrador do «Amsterdamsche Bank»;
O Sr. G. A. Dunlop, Director do «Nederlandsch-Indische Handelsbank» de Amesterdão.

Secretário :

- O Sr. Max Franssen, Doutor em Direito.

PERU

Delegado :

- Dom José Maria Barreto, Chefe do Bureau Permanente do Peru junto da Sociedade das Nações, antigo Encarregado de Negócios em Berlim.

POLÓNIA

Delegados :

- O Sr. Jozef Sulkowski, Professor da Universidade de Poznan, Membro da Comissão de Codificação da Polónia, Presidente da Delegação;
O Sr. Jan Namitkiewicz, Professor da Universidade de Varsóvia, Juiz do Tribunal arbitral mixto germano-polaco.

PORTUGAL

Delegado :

- O Dr. José Caeiro da Mata, Reitor da Universidade de Lisboa, Professor da Faculdade de Direito, Director do Banco de Portugal.

ROMÊNIA

Delegados :

Sua Excelência o Sr. Constantin Antoniadu, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto da Sociedade das Nações;
Sua Excelência o Sr. Eugène Neculcea, Ministro Plenipotenciário, Doutor em Ciências (Paris), antigo Director Geral do Ministério das Finanças, antigo Professor da Universidade da Jassy, Membro do Comité Económico da Sociedade das Nações.

·SIÃO

Delegado :

Sua Alteza Sereníssima o Príncipe Varnvaidya, Delegado Permanente junto da Sociedade das Nações, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto de Sua Majestade Britânica.

SUÉCIA

Delegados :

Sua Excelência o Barão Marks von Wurtemberg, Presidente do Tribunal da Relação de Estocolmo, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros;
Sua Excelência o Sr. Birger Ekeberg, antigo Ministro da Justiça, Presidente da Comissão de Legislação Civil, antigo Membro do Supremo Tribunal.

Secretário :

O Sr. Eric de Post, Adido ao Ministério Real dos Negócios Estrangeiros.

SUÍÇA

Delegado :

O Dr. Max Vischer, Advogado e Notário, Primeiro Secretário da Associação Suíça dos Banqueiros, Basileia.

TCHECOSLOVÁQUIA

Delegado :

O Dr. Karel Hermann-Otavsky, Professor da Universidade de Praga, Presidente da Comissão de Codificação do Direito Comercial do Ministério da Justiça, Presidente da Delegação.

Delegado e Técnico :

O Dr. Jan Srb, Conselheiro de Secção do Ministério da Justiça.

Secretário :

O Dr. Henri Nosek, Comissário do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

TURQUIA

Delegado :

Sua Excelência Munir Bey, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto do Conselho Federal Suíço.

VENEZUELA

Delegado :

O Sr. Carlos Eduardo de La Madriz de Montemayor, Cônsul Geral na Suíça, Doutor em Ciências Físicas e Matemáticas.

YUGOSLÁVIA

Delegado :

O Dr. Berthold Eisner, Presidente de Câmara no Supremo Tribunal de Sarajevo.

Delegado adjunto :

O Sr. Yvo Andritch, Primeiro Secretário da Delegação Permanente junto da Sociedade das Nações.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

(Tomou parte na Conferência a título de observador)

O Sr. Martin Herbert Kennedy, Perito técnico, Advogado e Membro da Associação Americana de Direito Internacional.

Adjunto :

James W. Riddleberger.

*

* *

Tomaram parte na Conferência, a título consultivo :**REPRESENTANTE DO COMITÉ ECONÓMICO DA SOCIEDADE DAS NAÇÕES :**

O Sr. J. A. Barbosa Carneiro, Adido Comercial à Embaixada do Brasil, junto de Sua Majestade Britânica, Membro de Comité Económico.

CAMARA DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

Delegados :

- O Sr. Albert Troullier, antigo Presidente do Tribunal de Comércio do Senado, antigo Presidente da Sociedade de Legislação Comparada, Vice-Presidente da Sociedade de Estudos Legislativos, Presidente da Delegação;
- O Sr. Geh. Kom. Richard Schmidt, Presidente da Câmara de Comércio de Leipzig, de «Hammer & Schmidt, Bank-Geschäft» Membro do Bureau do Congresso Alemão do Comércio e Indústria, Presidente do Tribunal de Honra da Bolsa, Presidente do Senado da Escola Superior de Comércio;
- O Sr. Virgilio del Rio, Director do Serviço Financeiro da Câmara de Comércio Internacional.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE ROMA PARA A UNIFICAÇÃO
DO DIREITO PRIVADO

O Sr. René David, Secretário Geral Adjunto do Instituto.

Que se reuniram em Genebra, em 13 de Maio de 1930, sob a presidência do Sr. Dr. J. Limburg, Membro do Conselho de Estado da Holanda, nomeado pelo Conselho da Sociedade das Nações.

Exerceu as funções de Secretário Geral da Conferência o Sr. Ch. Smets, assistido pelos Srs. Arcoleo, Bernier e Xenakis, membros do Secretariado da Sociedade das Nações.

A Conferência nomeou um Comité de redacção composto dos:

Sr. Giannini, presidente; Sr. Percerou, relator geral; Sr. Ekeberg, Sr. Quassowski e Sr. Sulkowski.

O Sr. Joseph Nisot, Membro da Secção Jurídica do Secretariado, serviu de Conselheiro Jurídico.

Como resultado das deliberações consignadas nas actas das sessões, a Conferência elaborou as três Convenções seguintes, com os respectivos protocolos:

1. Convenção estabelecendo uma lei uniforme em matéria de letras e livranças;
2. Convenção destinada a regular certos conflitos de leis em matéria de letras e de livranças;
3. Convenção relativa ao imposto do selo em matéria de letras e de livranças.

A Conferência fez também as seguintes recomendações:

I

A Conferência, no intuito de evitar que sejam adoptados textos da lei uniforme traduzidos de maneiras diferentes na mesma língua, recomenda que os Estados, cuja língua oficial seja a mesma, procurem estabelecer de comum acôrdo a tradução oficial da lei uniforme.

II

A Conferência recomenda que as Altas Partes Contratantes comuniquem umas às outras as listas dos dias feriados oficiais e outros dias em que se não possa exigir pagamento nos respectivos países.

III

A Conferência recomenda também que as Partes na Convenção estabelecendo uma lei uniforme em matéria de letras e livranças comuniquem entre si os textos das mais importantes decisões judiciais tomadas nos respectivos territórios em casos de aplicação da dita Convenção.

IV

A Conferência, tendo em consideração o desenvolvimento que estão tomando na prática as garantias extra cambiárias dos títulos de crédito, recomenda que o Instituto Internacional de Roma para a unificação do Direito privado estude os problemas respeitantes à fidejussória e à garantia dos créditos cambiários em relação com o sistema geral das letras e em especial com o aval.

V

A Conferência, tendo ultimado a primeira parte do programa dos seus trabalhos, decide adiar para uma sessão ulterior a discussão dos projectos de convenção relativos ao cheque, e pede ao presidente da Conferência para fixar, com a autorização do Conselho da Sociedade das Nações, a data da segunda sessão da presente Conferência que, tanto quanto possível, deverá realizar-se durante o mez de Janeiro de 1931.

No intervalo, e a fim de facilitar os trabalhos ulteriores :

I. Os Governos representados na presente Conferência, tendo em atenção a experiência desta primeira sessão, submeterão os projectos apresentados à Conferência a um exame suplementar, consultando, se fôr necessário, os meios interessados. Esse exame diria respeito especialmente ao estado da legislação e aos pontos seguintes :

1. ¿ Convirá proibir o saque de cheques sobre indivíduos que não exerçam a profissão de banqueiro ?
2. ¿ É o sacador obrigado a ter disponibilidades líquidas na posse do sacado, e em que momento, à data da apresentação ou do pagamento ?
3. «Guthabenklausel» (menção obrigatória da provisão).
4. ¿ O cheque deve ser sempre à vista ?
5. ¿ De que maneira devem ser regulados os prazos para a apresentação ?
6. ¿ Deve reconhecer-se ao sacador, e dentro de que limites, o direito de fazer opposição ao pagamento do cheque (revogação) ?
7. ¿ Quais são os efeitos do cruzamento ? Não seria possível combinar num tipo único o cheque cruzado e o cheque exclusivamente para compensação (nur zu Verrechnung) em uso em certos países ?
8. ¿ É o sacador responsável, mesmo no caso de o cheque não ser devidamente apresentado no prazo fixado ?
9. ¿ Quais são os efeitos da transferência da provisão para o portador ? — Acção acérca de lucros fraudulentos.
10. ¿ A quem devem ser imputados os riscos de falsificação e alteração ?
11. ¿ Pode o sacado recusar o pagamento parcial dum cheque que não esteja integralmente coberto ?
12. ¿ Não seria de desejar que se estabelecessem regras especiais para o caso dum título que, satisfazendo a todos os demais requisitos para valer como letra, estipula que o pagamento se efectuará não em espécie mas por meio dum cheque, especialmente dum cheque sobre o estrangeiro ? ¿ E, sendo assim, quais seriam essas regras ?
13. Cheque oscrito à máquina.
14. Perda ou roubo do cheque (processo de amortização).
15. Conflitos entre as cláusulas de transmissão.
16. Cheque domiciliado.
17. Duplicatas (pluralidade de exemplares).
18. Prescrição.
19. Exoneração do endossante da responsabilidade que lhe cabe.
20. Efeitos dos cheques postdatados.
21. Aceitação, certificação e visto.

II. As delegações comunicarão ao Secretário Geral da Sociedade das Nações, antes do 15 de Outubro de 1930, o resultado do exame a que se refere o n.º I, fazendo acompanhar essa comunicação de todas as emendas, propostas ou considerações que julgarem úteis.

III. A documentação suplementar assim obtida será coordenada, classificada e reunida num único documento, segundo as instruções do Secretário Geral da Sociedade das Nações. O Presidente da Conferência, Dr. Limburg, é convidado a rever o documento elaborado pelo Secretariado e a dar a este todas as directivas convenientes antes da transmissão do referido documento aos Governos representados na presente Conferência.

IV. A Conferência pede ao Conselho da Sociedade das Nações que autorize o Secretário Geral da Sociedade a desempenhar as missões que implica a execução das disposições acima.

Em fé do que, os delegados acima mencionados assinaram o presente Acto final.

Feito em Genebra, aos sete de Junho de mil novecentos e trinta, num só exemplar, que será depositado nos arquivos do Secretariado da Sociedade das Nações. Pelo Secretariado Geral da Sociedade será transmitida uma cópia autêntica a todos os membros da Sociedade das Nações e a todos os Estados não membros convidados para a Conferência.

O Presidente da Conferência:

LIMBURG

O Secretário geral da Conferência:

C. SMETS

ALEMANHA

LEO QUASSOWSKI

DR. ALBRECHT

DR. ULLMANN

ÁUSTRIA

DR. STROBELE

BÉLGICA

VTE POULLET

DE LA VALLÉE POUSSIN

GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE

(ASSIM COMO TODAS AS PARTES DO IMPÉRIO

BRITÂNICO QUE SÃO MEMBROS SEPARADOS

DA SOCIEDADE DAS NAÇÕES)

H. C. GUTTERIDGE

BRASIL

DEOCLECIO DE CAMPOS

COLOMBIA

A. J. RESTREPO

DINAMARCA

HELPER

V. EIGTVED

CIDADE LIVRE DE DANTZIG

SULKOVSKI

RICHARD KETTLITZ

EQUADOR

ALES GASTELÚ

ESPAÑHA

JUAN GOMEZ MONTEJO

FINLÂNDIA

F. GRÖNVALL

FRANÇA

J. PERCEROU
BOUTERON
GASTON LIBERSAT

GRÉCIA

R. RAPHAEL

HUNGRIA

E. ASZTALOS

ITÁLIA

AMEDEO GIANNINI
GIAN BATTISTA TOFFOLO

JAPAO

M. OHNO
T. SHIMADA

LETÓNIA

CHARLES DUZMANS
AUGUSTE LOEBER
W. BANDREVICS

LUXEMBURGO

CH. G. VERMAIRE

NORUEGA

STUB HOLMBOE

HOLANDA

MOLENGRAAFF
SCHELTEMA
G. A. DUNLOP
MAX. FRANSSEN

PERU

J. M. BARRETO

POLÓNIA

SULKOWSKI

PORTUGAL

JOSÉ CAEIRO DA MATA

ROMENIA

E. NECULCEA

SIÃO

VARNVAIDYA

SUÉCIA

E. MARKS VON WÜRTEMBERG
BIRGER EKEBERG

SUIÇA

VISCHER

TCHECOSLOVÁQUIA

PROF. DR. KAREL HERMANN-OTAVSKY

JEAN SRB

DR. H. NOSEK

TURQUIA

MEHMED MUNIR

VENEZUELA

CARLOS E. DE LA MADRIZ

YUGOSLÁVIA

DR. B. EISNER

COMITÉ ECONÓMICO DA SOCIEDADE DAS NAÇÕES

J. A. BARBOSA-CARNEIRO

INSTITUTO INTERNACIONAL DE ROMA

PARA A UNIFICAÇÃO DO DIREITO PRIVADO

RENÉ DAVID

ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA, Presidente da República Portuguesa pelo voto da Nação:

Fazemos saber aos que a presente Carta de Confirmação e Ratificação virem que, aos dezanove de Março de mil novecentos e trinta e um, foi assinada em Genebra uma Convenção com anexos e protocolo estabelecendo uma lei uniforme em matéria de cheques, cujo teor é o seguinte:

(Tradução)

Convention portant loi uniforme sur les chèques.

Le Président du Reich allemand; le Président fédéral de la République d'Autriche; Sa Majesté le Roi des Belges; Sa Majesté le Roi de Danemark et d'Islande; le Président de la République de Pologne, pour la Ville libre de Dantzig; le Président de la République de l'Equateur; Sa Majesté le Roi d'Espagne; le Président de la République de Finlande; le Président de la République française; le Président de la République hellénique; Son Altesse Sérénissime le Régent du Royaume de l'Hongrie; Sa Majesté le Roi d'Italie; Sa Majesté l'Empereur du Japon; Son Altesse Royale la Grande-Duchesse de Luxembourg; le Président des Etats-Unis du Mexique; Son Altesse Sérénissime

Convention providing a uniform law for cheques.

The President of the German Reich; the Federal President of the Austrian Republic; His Majesty the King of the Belgians; His Majesty the King of Denmark and Iceland; the President of the Polish Republic, for the Free City of Danzig; the President of the Republic of Ecuador; His Majesty the King of Spain; the President of the Republic of Finland; the President of the French Republic; the President of the Hellenic Republic; His Serene Highness the Regent of the Kingdom of Hungary; His Majesty the King of Italy; His Majesty the Emperor of Japan; Her Royal Highness the Grand Duchess of Luxemburg; the President of the United States of Mexico;

Convenção estabelecendo uma lei uniforme em matéria de cheques.

O Presidente do Reich Alemão; o Presidente Federal da República Austríaca; Sua Majestade o Rei dos Belgas; Sua Majestade o Rei da Dinamarca e da Islândia; o Presidente da República da Polónia, pela Cidade Livre de Dantzig; o Presidente da República do Equador; Sua Majestade o Rei de Espanha; o Presidente da República da Finlândia; o Presidente da República Francesa; o Presidente da República Helénica; Sua Alteza Sereníssima o Regente do Reino da Hungria; Sua Majestade o Rei de Itália; Sua Majestade o Imperador do Japão; Sua Alteza Real a Grã-Duquesa do Luxemburgo; o Presidente dos Estados Unidos do México; Sua Alteza Sereníssima o Prin-